



Manual de Participação em Assembleia e
Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária

Data: 30 de abril de 2020

Horário: 10h00min



Divulgação dos documentos conforme

Instrução CVM nº 481/09

ÍNDICE

1.	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	4
2.	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO	7
3.	DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	9
4.	CENÁRIOS POSSÍVEIS REFERENTES AO NÚMERO DE MEMBROS ELEITOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
5.	PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	12
6.	ANEXO A: ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (artigo 9º, III da Instrução CVM nº 481/09)	13
7.	ANEXO B: ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09)	81
8.	ANEXO C: ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09	102
9.	ANEXO D: ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (artigo 12, II da Instrução CVM nº 481/09)	110

1. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.992.680/0001-93

NIRE 35.300.379.560

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas da QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2020, às 10h00min, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Plínio Barreto, nº 365, parte, Bela Vista, CEP 01313-020, a fim de deliberar sobre a ordem do dia abaixo indicada (“Assembleia” ou “AGO”):

- (i) apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria;
- (ii) apreciar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;
- (iii) fixar o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia;
- (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (v) fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia;
- (vi) instalar e reeleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (vii) aprovar a proposta de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Informações Gerais

Os acionistas deverão apresentar, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 7º, do Estatuto Social da Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas contadas da realização da Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua

titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (ii) o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, observadas as formalidades previstas no item 12.2 do formulário de referência da Companhia, na hipótese de representação do acionista, não sendo necessário o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notariação e consularização ou apostilamento, no caso de procurações outorgadas no exterior. A Companhia também dispensa a tradução juramentada de procurações que tenham sido originalmente lavradas em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documentos que comprovem sua identidade.

A administração da Companhia gostaria de reiterar aos acionistas a extrema importância da sua participação na Assembleia. Contudo, considerando a pandemia do COVID-19 (coronavírus), amplamente divulgada na mídia, e diante do cenário de restrições à realização de reuniões presenciais e das reiteradas recomendações de isolamento pelas autoridades públicas, reforçamos o pedido de que os acionistas exerçam remotamente o seu direito de voto, sem a necessidade, portanto, de comparecer presencialmente à Assembleia. Destacamos a grande preocupação e o comprometimento da administração em preservar a saúde de todos os envolvidos neste Assembleia, a qual contará apenas com uma estrutura de logística mínima para garantir a sua realização.

A participação virtual, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, será exercida por meio do sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Bradesco S.A., ou diretamente à Companhia, conforme modelo disponibilizado pela Companhia e observadas as orientações constantes do item 12.2 do formulário de referência da Companhia.

Não obstante às recomendações acima, aos acionistas que ainda assim preferirem exercer sua participação na Assembleia presencialmente, comunicamos que adotaremos medidas de segurança em consonância com as orientações divulgadas pelas organizações de saúde em relação à prevenção da transmissão do COVID-19.

O percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia para tal requisição.



Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (<http://ri.qualicorp.com.br>), no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br/pt_br/), os documentos relacionados a este edital, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM 481/2009.

São Paulo, 30 de março de 2020.

Heráclito de Brito Gomes Júnior
Presidente do Conselho de Administração

2. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA AGO

Poderão participar da AGO os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, conforme o que dispõe o artigo 126, da Lei nº 6.404/76.

A administração da Companhia gostaria de reiterar aos acionistas a extrema importância da sua participação na Assembleia. Contudo, considerando a pandemia do COVID-19 (coronavírus), amplamente divulgada na mídia, e diante do cenário de restrições à realização de reuniões presenciais e das reiteradas recomendações de isolamento pelas autoridades públicas, reforçamos o pedido de que os acionistas exerçam remotamente o seu direito de voto, sem a necessidade, portanto, de comparecer presencialmente à Assembleia. Destacamos a grande preocupação e o comprometimento da administração em preservar a saúde de todos os envolvidos neste Assembleia, a qual contará apenas com uma estrutura de logística mínima para garantir a sua realização.

A participação virtual, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, será exercida por meio do sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Bradesco S.A., ou diretamente à Companhia, conforme modelo disponibilizado pela Companhia, e observadas as orientações constantes do item 12.2 do formulário de referência da Companhia.

Não obstante às recomendações acima, aos acionistas que ainda assim preferirem exercer sua participação na Assembleia presencialmente, comunicamos que adotaremos medidas de segurança em consonância com as orientações divulgadas pelas organizações de saúde em relação à prevenção da transmissão do COVID-19.

Nesse caso, os acionistas e representantes legais deverão apresentar-se com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, munidos dos documentos hábeis de identidade. No período de 48 (quarenta e oito) horas antecedentes à realização da AGO, os acionistas deverão enviar à Companhia, aos cuidados do Departamento Jurídico Societário da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Plínio Barreto, nº 365, 1º andar, Bela Vista, CEP 01313-020, até o dia 28 de abril de 2020, às 10h00min, os seguintes documentos: (a) comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (b) bem como os seguintes documentos:



- (i) **peçoas físicas:** documento de identificação com foto;
- (ii) **peçoas jurídicas:** cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, devidamente regularizada na forma da Lei; bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e
- (iii) **fundos de investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, devidamente regularizada na forma da Lei); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

A Companhia dispensa (i) o reconhecimento de firma em procurações, bem como (ii) a notariação e consularização ou apostilamento, no caso de procurações outorgadas no exterior. A Companhia também dispensa a tradução juramentada de procurações que tenham sido originalmente lavradas em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas.

3. DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e no artigo 9º, da Instrução CVM nº 481/09, informamos abaixo as datas e os locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

3.1. Relatório da Administração

O Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de março de 2020.

O Relatório da Administração, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais Consolidadas, foi disponibilizado em 12 de março de 2020 no Sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (www.qualicorp.com.br/ri).

3.2. Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de março de 2020.

As Demonstrações Financeiras foram disponibilizadas em 12 de março de 2020 no Sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (www.qualicorp.com.br/ri).

3.3. Comentário dos administradores

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma especificada no Item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480/09, encontram-se no **ANEXO A** deste Manual e Proposta da Administração.

3.4. Parecer dos auditores independentes

O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais

Consolidadas, foi disponibilizado em 12 de março de 2020 no Sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (www.qualicorp.com.br/ri).

3.5. Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP

O Formulário DFP, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi disponibilizado em 12 de março de 2020 no Sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (www.qualicorp.com.br/ri).

3.6. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, contendo as informações indicadas no Anexo 9-1-II, da Instrução CVM nº 481/09, encontra-se no **Anexo C** deste Manual e Proposta da Administração.

A administração gostaria de esclarecer que a destinação do lucro líquido constante desta proposta, incluindo do seu **Anexo C**, é diferente da destinação do lucro líquido constante das Demonstrações Financeiras divulgadas em 31 de dezembro de 2019, em virtude de uma reavaliação feita pela administração da Companhia em razão das mudanças do cenário econômico financeiro do país nas últimas semanas e potenciais impactos de tais modificações nos negócios da Companhia.

3.7. Parecer do Comitê de Auditoria (não estatutário)

O Parecer do Comitê de Auditoria (não estatutário) da Companhia relativo às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi disponibilizado em 12 de março de 2020 no Sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (www.qualicorp.com.br/ri).

3.8. Parecer do Conselho Fiscal

O Parecer do Conselho Fiscal da Companhia relativo às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi disponibilizado em 12 de março de 2020 no Sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (www.qualicorp.com.br/ri).

3.8. Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10

As informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480/09, relativamente aos candidatos para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, caso aplicável, indicados ou apoiados pela administração encontram-se no **Anexo B** deste Manual e Proposta da Administração.

4. CENÁRIOS POSSÍVEIS REFERENTES AO NÚMERO DE MEMBROS ELEITOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O artigo 14, do estatuto social da Companhia, determina que o seu conselho de administração será composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 9 membros. Atualmente, o conselho de administração da Companhia é composto por 7 membros. A administração propõe que o número de membros do conselho de administração para o exercício social de 2020 seja mantido em 7 (sete) membros.

A eleição dos membros do conselho de administração poderá ocorrer por votação da maioria dos presentes, votação em separado e/ou voto múltiplo.

O processo de voto múltiplo é um procedimento mediante o qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. A distribuição igualitária considerará a divisão do percentual de 100% entre os membros da chapa escolhida até as duas primeiras casas decimais, sem arredondamento, e as frações de ações apuradas a partir da aplicação do percentual resultante não serão alocadas para nenhum candidato, sendo desconsideradas no procedimento de voto múltiplo, hipótese em que o acionista poderá não votar com a totalidade de suas ações.

Adicionalmente, ressaltamos que uma vez adotado o processo de voto múltiplo para eleição dos membros do conselho de administração, os votos proferidos por acionistas que, via boletim de voto à distância, tenham optado por “ABSTER-SE” no item de distribuição prévia de votos nos candidatos informados no boletim, são considerados como abstenção na respectiva deliberação da assembleia, de modo que os votos de tais acionistas não serão computados no quórum de deliberação e, portanto, esses acionistas não participarão da eleição dos membros do conselho de administração.

Acionistas da Companhia, representando no mínimo 5% do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia. De acordo com a Lei nº 6.404/76, acionistas que pretendam requerer a utilização do processo de voto múltiplo deverão fazê-lo, por escrito, à Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGO.

5. PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores da Companhia propõem a remuneração anual global de até R\$ 48.696.116,75 (quarenta e oito milhões, seiscentos e noventa e seis mil, cento e dezesseis reais e setenta e cinco centavos), incluindo remuneração fixa e variável, para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, para os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

Adicionalmente, do valor total proposto da remuneração anual global dos administradores no montante de até R\$ 48.696.116,75 (quarenta e oito milhões, seiscentos e noventa e seis mil, cento e dezesseis reais e setenta e cinco centavos), propõe-se a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social de 2020, em até R\$ 801.261,84 (oitocentos e um mil, duzentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos), equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída a cada diretor da Companhia, não computados benefícios, planos de opção de ações e planos de outorga de ações restritas, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos do artigo 162, parágrafo 3º, da Lei 6.404/76.

Em reunião realizada em 27 de março de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a convocação da Assembleia Geral Ordinária que fixará o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia.

Em atendimento ao artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, as informações sobre remuneração dos administradores indicadas no item 13 do Formulário de Referência da Companhia encontram-se no **ANEXO D** deste Manual e Proposta da Administração.

A administração da Companhia destaca que, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a variação entre a remuneração anual global proposta e a efetivamente reconhecida no resultado, para o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária, representou montante R\$ 9.917.155,89 (nove milhões, novecentos e dezessete mil, cento e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) a menor, proporcionado por uma redução da remuneração variável atribuível à Diretoria Estatutária em decorrência do não atingimento de metas estabelecidas.

Por fim, com relação a variação entre a remuneração anual global proposta para o exercício de 2020 e a efetivamente reconhecida no resultado de 2019, deve-se considerar que, para o orçamento de 2020, foram contempladas: (i) despesas rescisórias referentes à saída de 3 membros do Conselho de Administração; (ii) adição de um diretor estatutário, a partir de maio de 2020, totalizando 4 membros na diretoria da Companhia e (iii) instalação do Conselho Fiscal para os 12 meses do ano, em contrapartida de 2019, em que o Conselho Fiscal foi instalado somente a partir de Maio.

6. ANEXO A: ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (artigo 9º, III da Instrução CVM nº 481/09)

Item 10.1 - Os diretores devem comentar sobre

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os nossos Diretores possuem os seguintes comentários sobre as nossas condições financeiras e patrimoniais gerais:

Receita

Conforme detalhado no item 10.2 deste Formulário de Referência, nossas receitas são provenientes da (i) Taxa de administração, (ii) Corretagem; (iii) Agenciamento; (iv) Consultoria em Gestão de Benefícios; (v) Gestão em Saúde; (vi) *Third Party Administration* (“TPA”); (vii) Conectividade; e (viii) Seguros Massificados.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, nossas receitas líquidas totalizaram, respectivamente, R\$ 2.003,0 milhões, R\$ 1.932,1 milhões, R\$ 2.075,3 milhões. O incremento anual de 2019 reflete: i) o reajuste de preços de 17,4% aplicado em média, ii) aquisições/ captações de carteiras que totalizam 18 mil vidas (SEESP, CAARS e CAIXA DOS ADVOGADOS e impactaram a receita em R\$ 7,3 MM, iii) aumento de vendas versus 2018 e iv) melhoria no processo de retenção durante o período de reajuste através da maior assertividade na oferta de outros produtos para clientes que solicitaram cancelamento. Em contrapartida a redução de 2018 foi reflexo da perda de aproximadamente 48 mil vidas no segmento afinidades e encerramento do contrato de Autogestão.

Instrumentos de Endividamento

Ademais, nossos principais instrumentos de endividamento são doze emissões de debêntures, sendo quatro delas da Qualicorp Administradora de Benefícios e cinco da Qualicorp Corretora de Seguros (incorporada) e três da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros, emitidas no contexto da reestruturação de capital, e à reestruturação de endividamento com quitações de emissões de debêntures. Em 2019, na adoção do IFRS 16, o grupo reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo

arrendamentos que já haviam sido classificados como “arrendamentos operacionais” seguindo os princípios do IAS 17 - Arrendamentos.

Para maiores informações sobre nosso nível de endividamento e essa operação em geral, ver itens 3.7 e 6.5 deste Formulário de Referência.

Índice de endividamento:

Descrição (Em R\$ mil)	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Dívida (debêntures e arrendamentos)	-1.427.011	-615.726	-613.790
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	444.855	445.445	522.286
Dívida líquida	-982.156	-170.281	-91.507
Patrimônio líquido	1.426.837	2.354.493	2.366.895
Índice de endividamento líquido	-68,83%	-7,23%	-3,87%

Índice de Liquidez

O nosso índice de liquidez geral, medido pela soma dos ativos circulantes e ativo realizável em longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e do não circulante, revela a condição financeira da Companhia de fazer frente a suas obrigações financeiras de longo prazo. Esse índice foi de 0,57; 0,91 e 1,03, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

A nossa Diretoria entende que apresentamos condições financeiras e patrimoniais adequadas para atendermos aos requisitos de liquidez da Companhia, para implementarmos o nosso plano de negócios e para cumprirmos com nossas obrigações atuais de curto, médio e longo prazo.

A gestão do risco de liquidez do Grupo Qualicorp monitora prazos de liquidação dos direitos e obrigações assumidos com o objetivo de honrar seus compromissos mantendo uma posição de caixa suficiente.

b. estrutura de capital

Nossa estrutura atual de capital é composta em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente, por 7%, 74% e 74% de capital próprio, e 93%, 26% e 26% de capital de terceiros. O alto índice de capital de terceiros é representado basicamente pelas debentures emitidas em 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso patrimônio líquido totalizou R\$1.426,8 milhões, enquanto o nosso endividamento totalizou R\$1.953,23 milhões, em 31 de dezembro de 2018, o nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 2.354,5 milhões, enquanto o nosso endividamento totalizou R\$1.194,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, o nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 2.366,9 milhões, enquanto o nosso endividamento totalizou R\$ 1.164,4 milhões. O aumento no endividamento é decorrente da emissão de debêntures no ano de 2019.

Vale destacar que o nosso endividamento está relacionado (i) à obrigação de pagamento das aquisições de direitos e obrigações sobre determinados direitos de estipulação, administração e comercialização de planos privados de assistência à saúde, das debêntures e arrendamentos, bem como (ii) à otimização da nossa estrutura de capital.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o capital circulante líquido consolidado da Companhia (o qual corresponde à subtração do ativo circulante consolidado pelo passivo circulante consolidado), era, respectivamente, de R\$838,2 milhões, (R\$66,2) milhões e R\$ 626,7 milhões. O aumento no capital circulante líquido da Companhia pode ser explicado, principalmente, pela [emissão?] das novas debêntures e redução do passivo circulante a pagar mediante a quitação das antigas debêntures.

Assim, considerando o perfil de endividamento da Companhia (endividamento contratual e sem garantia real, exceto pelas debêntures descritas no subitem “f” abaixo), acreditamos que o fluxo de caixa e a posição de liquidez da Companhia revelam liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, despesas e outros compromissos assumidos até a data deste Formulário de Referência, a serem pagos nos próximos 12 meses, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia tem mantido a assiduidade dos pagamentos de todos os seus compromissos, conforme esperado, e não tem apresentado qualquer sinal de incapacidade de liquidez.

Caso entendamos necessário que a Companhia contraia empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, acreditamos que a Companhia terá capacidade de contratá-los e honrá-los sem comprometer o desenvolvimento de seus negócios.

Os Diretores da Companhia entendem, ainda, que a Companhia possui totais condições para cumprir com suas obrigações financeiras e operacionais em vigor na data deste Formulário de Referência.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes da Companhia foram financiados pelos recursos gerados por suas operações, pelos recursos oriundos das debêntures descritas no subitem “f” abaixo, e pelos recursos primários aportados por seus atuais acionistas.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia, atualmente, não pretende utilizar fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes para cobertura de deficiências de liquidez, visto que seu índice de liquidez geral apresenta níveis adequados e suficientes para fazer frente às suas obrigações de curto e longo prazo.

Entretanto, caso necessário, a Companhia entende ser possível fazer frente a deficiências de liquidez ou para investimento em ativos não-circulantes por meio da emissão de títulos de dívida ou acessando instituições financeiras, nos mercados financeiro e de capitais local e internacional.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O quadro abaixo sintetiza nossas dívidas financeiras e nossas obrigações contratuais pelo prazo de vencimento considerando a posição de 31 de dezembro de 2019:

	2020	2021	Mais de dois anos	Total
Debêntures ⁽¹⁾	34.340	-	1.296.060	1.330.400
Arrendamentos ⁽²⁾	24.191	21.014	51.406	96.611
Demais passivos circulantes ⁽³⁾	412.604	-	-	412.604
Demais passivos não circulantes ⁽⁴⁾	-	113.611	-	113.611
Total	471.135	134.625	1.347.466	1.953.226

(1) Correspondem às debêntures de emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., Qualicorp Corretora de Seguros S.A. e da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.;

(2) Referem-se aos arrendamentos apurados de acordo com o IFRS 16 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019;

(3) Referem-se aos demais passivos circulantes, quais sejam, obrigações sociais e trabalhistas, fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações;

(3) Referem-se aos demais passivos não circulantes, quais sejam, Impostos e contribuições a recolher, Imposto de renda e contribuição social diferidos e Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nossas dívidas são decorrentes das debêntures emitidas pela Companhia e por nossas controladas, Qualicorp Administradora de Benefícios, Qualicorp Corretora (Incorporada) conforme abaixo descritas.

A tabela abaixo demonstra as taxas e características de nossas dívidas financeiras em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Devedor	Credor	Moeda	Taxa DI+	Vencimento	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2019 ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
Qualicorp Administradora de benefícios	Debêntures	R\$	Taxa DI+ 1,15% a.a. ⁽⁴⁾	28/06/2023	350.000,00	350.000,00	290.000,00
Qualicorp Corretora de Seguros (incorporada)	Debêntures	R\$	Taxa DI+ 1,15% a.a. ⁽⁴⁾	28/06/2022	261.000,00	261.000,00	310.000,00
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros	Debêntures	R\$	Taxa DI+ 1,15% a.a. ⁽⁴⁾	28/06/2022	-	-	700.000,00

(1) Esse saldo refere-se apenas ao principal, não considerando os juros.

(2) Em 22 de julho de 2019 foram liquidadas antecipadamente as debêntures da Qualicorp Administradora de Benefícios (3ª emissão) e da Qualicorp Corretora (incorporada) (4ª emissão).

(3) Em 26 de junho de 2019 foram emitidas novas debêntures da Companhia (3ª emissão), Qualicorp corretora (incorporada) (5ª emissão) e da Qualicorp Administradora de Benefícios (4ª emissão).

(4) A Taxa DI passou a ser acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) equivalente a 1,15% (um inteiro e centro e cinquenta milésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures a partir de junho de 2019.

Abaixo, segue breve descrição das debêntures emitidas por nossas controladas Qualicorp Administradora de Benefícios e Qualicorp Corretora, seguido das debêntures emitidas pela Companhia.

3ª Emissão de Debêntures da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Fidejussória (“Escritura da 3ª Emissão da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros”), por meio do qual a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros emitiu 700.000 debêntures da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando o montante de R\$ 700,0 milhões, estabelece que a data de emissão das debêntures fosse em 26 de junho de 2019 e que as debêntures têm prazo de vigência de 36 meses, com vencimento em 28 de junho de 2022.

Os recursos oriundos das emissões das debêntures foram destinados para reforço de caixa e/ou capital de giro adicionado pelo alongamento do passivo financeiro.

As debêntures são remuneradas semestralmente nos dias 07 de janeiro e 07 de julho, pela Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de, atualmente, 1,15% a.a, a partir de junho de 2019.

O valor das debêntures tem amortização prevista pelo valor nominal amortizado em parcela única, em 28 de junho de 2022.

A Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros tem a faculdade de promover o resgate antecipado dos títulos a qualquer momento conforme cláusula de contrato.

Entre as hipóteses de vencimento antecipado dessas debêntures, destacam-se as seguintes:

- (i) Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária da emissora e inclusive Oferta Pública de Ações) se os atuais acionistas não mantiverem o controle da emissora, por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver o controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 35,0% das ações com o direito a voto da emissora e, cumulativamente os atuais acionistas deixarem de exercer o controle da emissora.
- (ii) Adicionalmente, a Companhia possui certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados às debêntures, que caso não sejam cumpridos podem acarretar na liquidação antecipada.

A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgate antecipado da totalidade das debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, § 2º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Não será permitido o resgate parcial das debêntures. O valor a ser pago aos debenturistas a título de resgate antecipado facultativo total será equivalente ao valor nominal unitário, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da data de emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate antecipado facultativo total e de eventuais juros ou encargos moratórios, se for o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor de resgate das debêntures, equivalente a:

Período	Prêmio sobre o Valor de Resgate
Desde a Data de Emissão até 30 de julho de 2019	0,60%
A partir de 01 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019	0,50%
A partir de 01 de janeiro de 2020 até 30 de junho de 2020	0,40%
A partir de 01 de julho de 2020 até 31 de dezembro de 2021	0,30%
A partir de 01 de janeiro de 2021 até 30 de junho de 2021	0,20%
A partir de 01 de julho de 2021 até a data do vencimento	Não há

Ademais, as debêntures são garantidas por fianças, prestadas pela Qualicorp Administradora de Benefícios e por nós, que se obrigam, na qualidade de devedoras solidárias e principais pagadoras, pelo pagamento de todas as obrigações decorrentes da Escritura da 4ª Emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios.

4ª Emissão de Debêntures da Qualicorp Administradora de Benefícios

O Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografia, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Fidejussória (“Escritura da 4ª Emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios”), por meio do qual a Qualicorp Administradora de Benefícios emitiu 290.000 debêntures da espécie quirografia, com valor nominal unitário de R\$0,001 milhão, totalizando o montante de R\$ 290,0 milhões, estabelece que a data de emissão das debêntures fosse em 26 de junho de 2019 e que as debêntures têm prazo de vigência de 48 meses, com vencimento em 28 de junho de 2023.

Os recursos oriundos das emissões das debêntures foram destinados para (i) realização de liquidação antecipada das debêntures da 3ª emissão da controlada; e (ii) honrar outras obrigações contraídas.

As debêntures são remuneradas semestralmente nos dias 07 de janeiro e 07 de julho, pela Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de, atualmente, 1,15% a.a, a partir de junho de 2019.

O valor das debêntures tem amortização prevista pelo valor nominal amortizado em parcela única, em 28 de junho de 2023.

A Qualicorp Administradora de Benefícios tem a faculdade de promover o resgate antecipado dos títulos a qualquer momento conforme cláusula de contrato.

Entre as hipóteses de vencimento antecipado dessas debêntures, destacam-se as seguintes:

- (i) Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária da emissora e inclusive Oferta Pública de Ações) se os atuais acionistas não mantiverem o controle da emissora, por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver o controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 35,0% das ações com o direito a voto da emissora e, cumulativamente os atuais acionistas deixarem de exercer o controle da emissora.
- (ii) Adicionalmente, a Companhia possui certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados às debêntures, que caso não sejam cumpridos podem acarretar na liquidação antecipada.

A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgate antecipado da totalidade das debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, § 2º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Não será permitido o resgate parcial das debêntures. O valor a ser pago aos debenturistas a título de resgate antecipado facultativo total será equivalente ao valor nominal unitário, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da data de emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate antecipado facultativo total e de eventuais juros ou encargos moratórios, se for o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor de resgate das debêntures, equivalente a:

Período	Prêmio sobre o Valor de Resgate
Desde a Data de Emissão até 30 de julho de 2019	0,60%
A partir de 01 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019	0,50%
A partir de 01 de janeiro de 2020 até 30 de junho de 2020	0,40%
A partir de 01 de julho de 2020 até 31 de dezembro de 2021	0,30%
A partir de 01 de janeiro de 2021 até 30 de junho de 2021	0,20%
A partir de 01 de julho de 2021 até a data do vencimento	Não há

Ademais, as debêntures são garantidas por fianças, prestadas pela Qualicorp Corretora (incorporada), Qualicorp Administradora de Benefícios e por nós, que se obrigam, na qualidade de devedoras solidárias e principais pagadoras, pelo pagamento de todas as obrigações decorrentes da Escritura da 4ª Emissão da Qualicorp Administradora de Benefícios.

5ª Emissão de Debêntures da Qualicorp Corretora de Seguros (incorporada)

O Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Fidejussória (“Escritura da 5ª Emissão da Qualicorp Corretora”), por meio do qual a Qualicorp Corretora de Seguros emitiu 310.000 debêntures da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando o montante de R\$ 310,0 milhões, estabelece que a data de emissão das debêntures fosse em 26 de junho de 2019 e que as debêntures têm prazo de vigência de 36 meses, com vencimento em 28 de junho de 2019.

Os recursos oriundos das emissões das debêntures foram destinados para (i) realização de liquidação antecipada das debêntures da 4ª emissão da controlada; e (ii) honrar outras obrigações contraídas.

As debêntures são remuneradas semestralmente nos dias 07 de janeiro e 07 de julho, pela Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de, atualmente, 1,15% a.a, a partir de junho de 2019.

O valor nominal unitário das debêntures tem amortização prevista em parcela única, em 28 de junho de 2022, onde foi acordado que a Qualicorp Corretora de Seguros teria a faculdade de promover o resgate antecipado dos títulos a qualquer momento conforme cláusula de contrato.

Entre as hipóteses de vencimento antecipado dessas debêntures, destacam-se as seguintes:

- (i) Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária da emissora e inclusive Oferta Pública de Ações) se os atuais acionistas não mantiverem o controle da emissora, por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver o controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 35,0% das ações com o direito a voto da emissora e, cumulativamente os atuais acionistas deixarem de exercer o controle da emissora.
- (ii) Adicionalmente, a Companhia possui certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados às debêntures, que caso não sejam cumpridos podem acarretar na liquidação antecipada.

A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgate antecipado da totalidade das debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, § 2º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. Não será permitido o resgate parcial das debêntures. O valor a ser

pago aos debenturistas a título de resgate antecipado facultativo total será equivalente ao valor nominal unitário, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da data de emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate antecipado facultativo total e de eventuais juros ou encargos moratórios, se for o caso, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor de resgate das debêntures, equivalente a:

Período	Prêmio sobre o Valor de Resgate
Desde a Data de Emissão até 30 de julho de 2019	0,60%
A partir de 01 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019	0,50%
A partir de 01 de janeiro de 2020 até 30 de junho de 2020	0,40%
A partir de 01 de julho de 2020 até 31 de dezembro de 2021	0,30%
A partir de 01 de janeiro de 2021 até 30 de junho de 2021	0,20%
A partir de 01 de julho de 2021 até a data do vencimento	Não há

Ademais, as debêntures são garantidas por fianças, prestadas pela Qualicorp Benefícios, Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros e por nós, que se obrigam, na qualidade de devedoras solidárias e principais pagadoras, pelo pagamento de todas as obrigações decorrentes da Escritura da 5ª Emissão da Qualicorp Corretora de Seguros.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não havia no passivo da Companhia ou das controladas, nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, buscamos manter uma relação comercial com os principais agentes financeiros no mercado, visando ao pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de novos investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não existiu, e não existe, grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia fidejussória contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contam com garantia real, flutuante e quirografários.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

A Companhia não possui outras restrições em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário que não as das debêntures descritas no item “i” acima deste item “f”.

No caso das debêntures, estão inseridas cláusulas de *covenants* (obrigação), usualmente praticadas no mercado. Destacamos, dentre elas: (i) obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente; (ii) restrições quanto à mudança de controle e reestruturações societárias; e (iii) limites de endividamento.

A Companhia cumpriu, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, todas as restrições e *covenants* a que está exposta.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia utilizou a totalidade dos recursos decorrentes das debêntures descritas no item “f” acima.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Nossas Demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras individuais referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil considerando a aplicação integral dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”). Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram preparadas também considerando as normas internacionais de relatório financeiro, “International Financial Reporting Standards – IFRS”, emitidos pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores. O resumo das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foi extraído das demonstrações financeiras consolidadas, preparadas sob a

responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as práticas contábeis citadas acima, vigentes à época de sua elaboração.

As demonstrações financeiras consolidadas incluíram as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades na qual a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da Companhia e as práticas contábeis são uniformes.

Descrição das principais linhas das nossas demonstrações do resultado

Receita Operacional Líquida

Nossas receitas operacionais líquidas decorrem das taxas cobradas de nossos clientes que variam de acordo com o tipo de serviço contratado. Em nosso segmento Afinidade possuímos as seguintes receitas, em ordem de importância: (i) Taxa de Administração, (ii) Corretagem, (iii) Agenciamento e (iv) Repasses Financeiros com Estipulação de Contratos (royalties).

Taxa de Administração: Nossas receitas de taxa de administração são recorrentes e correspondem à remuneração mensal da atividade de administração dos planos coletivos por adesão. Ela é paga mensalmente pelos beneficiários membros das associações em função de todos os serviços prestados e descritos na seção 7.1 (i) deste Formulário de Referência.

Corretagem: Nossas receitas com corretagem também são recorrentes e advêm da prestação dos serviços de corretagem sobre as operações de intermediação de vendas de seguros e planos de saúde e odontológico. Ela é paga pelas seguradoras e operadoras de saúde.

Agenciamento: Nossas receitas com agenciamento correspondem à remuneração sobre o montante das novas vendas efetuadas que é paga diretamente pelas seguradoras e operadoras. Quando a venda é efetuada por meio de força de venda própria, inclui-se dentro do agenciamento a taxa de cadastramento paga pelo Beneficiário.

Repasses Financeiros com Estipulação de Contratos (Royalties): Até 2017 a Companhia reconhecia como receita os repasses financeiros com estipulação de contratos são recorrentes e oriundas da remuneração mensal devida pelas operadoras de planos de saúde e odontológico e seguradoras a título de esforço de vendas para as associações de classes profissionais contratadas. Para 2018, com a implementação da norma IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes – CPC 47) tais repasses passaram a ser reconhecidos como redutores dos Custos dos Serviços Prestados na linha “Repasses financeiros contratos de adesão”

Segmento Corporativo e Outros

Em nosso Segmento Corporativo e Outros possuímos as seguintes receitas, em ordem de importância: (i) Corretagem, (ii) Agenciamento; (iii) Consultoria em Gestão de Benefícios; (iv) Conectividade; (v) Gestão em Saúde; (vi) TPA e (vii) Seguros Massificados.

Corporativo

Corretagem: Nossas receitas com corretagem são recorrentes e advêm da prestação dos serviços de corretagem sobre as operações de intermediação de vendas de seguros e planos de saúde e odontológico. Ela é paga pelas seguradoras e operadoras de saúde.

Agenciamento: Nossas receitas com agenciamento correspondem à remuneração em parcela única sobre o montante das novas vendas efetuadas que é paga diretamente pelas seguradoras e operadoras.

Consultoria em Gestão de Benefícios: Nossas receitas com consultoria em gestão de benefícios são recorrentes e correspondem à remuneração mensal devida pelas empresas que contratam os serviços de consultoria em gestão de benefícios, descritos no item 7.3 deste Formulário de Referência.

Outros

Gestão em Saúde: Nossas receitas com Gestão em Saúde são oriundas da remuneração mensal devida pelas empresas que contratam programas de medicina preventiva entre outros descritos no item 7.3 deste Formulário de Referência.

Custo dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados concentram os gastos relativos à estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades que estão diretamente ligadas com a prestação dos nossos serviços para os nossos clientes.

Estes gastos englobam despesas com pessoal, serviços terceirizados, pagamentos de royalties e anuidades para determinados clientes do segmento Afinidade e demais gastos necessários para manter estrutura de prestação de serviços para todos os segmentos.

Receitas (Despesas) Operacionais

Despesas administrativas: Concentra todos os gastos relacionados à nossa estrutura administrativa, tais como gastos com pessoal, serviços terceirizados, material de expediente, ocupação, doações, correios e

depreciação e amortização de bens, incluindo os intangíveis de direitos de estipulação, administração e comercialização de planos privados de assistência à saúde adquiridos e assumidos através de combinações de negócios. O nosso Grupo utiliza uma estrutura administrativa centralizada para gerenciar todas as nossas controladas e seus respectivos segmentos de negócio.

Despesas comerciais: Concentra todos os gastos das atividades de comercialização dos nossos produtos e serviços, incluindo amortização de gastos com comissões, em adequação ao CPC 47 (IFRS 15), comissões sobre vendas, remuneração fixa da equipe de vendas própria, despesas de marketing e as respectivas despesas para manutenção da estrutura comercial.

Outras (despesas) receitas operacionais representam as atividades acessórias do objeto da Companhia.

Resultado Financeiro

Esta linha concentra: (i) os valores de juros e multas arrecadadas por nós nas operações de administração e/ou estipulação, quando do pagamento com atraso pelos Beneficiários; e (ii) as despesas bancárias da mesma operação. Esta linha inclui também os rendimentos de aplicações financeiras, a atualização monetária sobre valores a pagar para aquisição de participação societária em entidades controladas e os juros sobre a emissão das três debêntures descritas no item 10.1 deste Formulário de Referência.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se ao imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos sobre o resultado e diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social líquido. Nós e as empresas do Grupo: Qualicorp Participações, Qualicorp Corretora, Qualicorp Administração, Qualicorp Administradora e Qualicorp Consultoria, apuramos imposto pelo regime do lucro real, que pode atingir, em conjunto, a alíquota máxima de 34% do lucro apurado nestas companhias, sendo: (i) imposto de renda, calculado à alíquota de 15% sobre o lucro do exercício; (ii) adicional do imposto de renda, incidente sobre a parcela do lucro que exceder R\$240 mil ao ano, calculado à alíquota de 10%; e (iii) contribuição social sobre o lucro líquido, calculada à alíquota de 9%; e (iv) imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados pelas alíquotas supracitadas sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Principais variações nas linhas das nossas demonstrações do resultado

APRESENTAÇÃO DE NOSSAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS RELATIVAS EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.
(ANTERIORMENTE DENOMINADA QUALICORP S.A.)
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto %)

Demonstração do Resultado	2019	AV 2019	2018	AV 2018	2019/2018
Receita Operacional Líquida	2.003.010	100,0%	1.932.124	100,0%	3,7%
Taxa de administração	1.224.942	61,2%	1.191.971	61,7%	2,8%
Corretagem	473.132	23,6%	485.107	25,1%	-2,5%
Agenciamento	156.590	7,8%	104.418	5,4%	50,0%
Repasse Financeiros com estipulação de contratos (Royalties)					
Total Segmentos Afinidades	1.854.664	92,6%	1.781.497	92,2%	4,1%
Corporativo	53.200	2,7%	44.737	2,3%	18,9%
TPA	0	0,0%	1.151	0,1%	-100,0%
Gestão de Saúde	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Conectividade	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
CRC Gama	90.910	4,5%	99.987	5,2%	-9,1%
Massificados	4.238	0,2%	4.752	0,3%	-10,8%
Total Segmento Corporativo e Outros	148.348	7,4%	150.627	7,8%	-1,5%
Total da Receita Operacional Líquida	2.003.010	100,0%	1.932.124	100,0%	3,7%
Custo dos Serviços Prestados	-379.484	-18,9%	-368.621	-19,1%	2,9%
Receitas (Despesas) Operacionais	-1.018.953	-50,9%	-907.349	-47,0%	12,3%
Despesas administrativas	-557.791	-27,8%	-498.578	-25,8%	11,9%
Despesas comerciais	-277.706	-13,9%	-278.962	-14,4%	-0,5%
Perdas com créditos incobráveis	-71.068	-3,5%	-119.430	-6,2%	-40,5%
Outras (receitas despesas) operacionais	-112.388	-5,6%	-10.381	-0,5%	982,6%
Lucro Operacional ante do Resultado	604.573	30,2%	656.153	34,0%	-7,9%
Receitas financeiras	79.219	4,0%	63.034	3,3%	25,7%
Despesas financeiras	-115.968	-5,8%	-91.078	-4,7%	27,3%
Resultado antes Imposto de Renda e da Contribuição Social	567.824	28,3%	628.109	32,5%	-9,6%

Receita Operacional Líquida

Nossa receita operacional líquida aumentou R\$70,9 milhões, ou 3,7% passando de R\$1.932,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.003,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido aos fatores abaixo descritos:

Segmento Afinidade: a receita líquida do segmento Afinidade apresentou aumento de R\$73,2 milhões, ou 4,1%, passando de R\$1.781,5 milhões em 2018, para R\$1.854,7 milhões, em 2019 em razão dos seguintes fatores:

Taxa de Administração. Apresentou um aumento de R\$33 milhões, ou 2,8%, passando de R\$1.192,0 milhões, em 2018 para R\$1.224,9 milhões, em 2019.

Corretagem. Apresentou uma redução de R\$12,0 milhões, ou -2,5%, passando de R\$485,1 milhões em 2018 para R\$ 473,1 milhões em 2019.

Repasses Financeiros com Estipulação de Contratos (Royalties). Para efeitos comparativos, a partir de 2018 esta conta passou a não ser mais classificada como Receita.

Os pronunciamentos IFRS 9 e 15 foram emitidos pelo IASB e passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018, com seus efeitos refletidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 com saldo de abertura em 1º de janeiro de 2018.

Sobre o IFRS 15, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado com efeito cumulativo da aplicação inicial do pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial (1 de janeiro de 2018).

Como consequência dessa perspectiva, a Companhia verificou os seguintes impactos decorrentes deste pronunciamento:

- i. Os “Repasses financeiros com estipulação de contratos”, anteriormente reconhecidos como receita no resultado do exercício, não atendem aos critérios de reconhecimento de receitas e passaram a ser reconhecidos como dedução da rubrica “Repasses financeiros contratos de adesão”, do grupo de custo dos serviços prestados, não gerando impactos no resultado da Companhia, apenas em sua apresentação; e
- ii. A norma estabelece que os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, inclusive com corretores internos, serão capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira, gerando impacto no resultado da Companhia.

Agenciamento. Apresentou um crescimento de R\$52,2 milhões, ou 50%, passando de R\$104,4 milhões em 2018 para R\$156,6 milhões em 2019.

O incremento anual na receita do segmento afinidades, reflete o reajuste de preços, alteração de mix de produtos, aquisição e migração de carteiras de vidas e recuperação de receita de períodos anteriores.

Segmento Corporativo e Outros: a Receita líquida do segmento Corporativo e Outros apresentou um decréscimo de R\$16,4 milhões ou -9,8% passando de R\$167,0 milhões em 2017 para R\$150,7 milhões em 2018, em razão dos seguintes fatores:

Corporativo. A receita desse segmento apresentou um crescimento de R\$8,5 milhões, ou 18,9%, passando de R\$44,7 milhões em 2018 para R\$53,2 milhões em 2019, refletindo o incremento de vidas e reajuste de preços em contratos vigentes.

TPA. A receita desse segmento apresentou um decréscimo de R\$1,2 milhões, ou -100%, devido ao encerramento do contrato de AutoGestão com cancelamento de 1,4 milhão de vidas em janeiro de 2018.

CRC Gama. A receita desse segmento apresentou decréscimo de R\$9,1 milhões, ou -9,1%, passando de R\$100,0 milhões em 2018 para R\$90,9 milhões em 2018. Essa variação decorre de cancelamentos de contratos em 2019.

Seguros Massificados. A receita desse segmento apresentou decréscimo no total de R\$0,5 milhões, ou -10,8%, passando de R\$4,8 milhões em 2018 para R\$4,2 milhões em 2019 devido ao maior volume de cancelamentos de contratos em 2019.

Custos dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados aumentou R\$10,9 milhões, ou 2,9%, passando de R\$368,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$379,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em razão principalmente dos seguintes fatores:

- (i) Redução em ocupação em R\$ 9,9 milhões ou -57,0% passando de R\$17,4 milhões em 2018 para R\$ 7,5 milhões em 2019. Em 2019 com a adoção CPC 06 (IFRS 16) os aluguéis passaram a integrar nosso imobilizado como direito de uso e são apropriadas como gastos de depreciações alocados em despesas administrativas.
- (ii) Redução de gastos com pessoal no valor de R\$3,2 milhões ou -2,6%, passando de R\$124,0 milhões em 2018 para R\$120,7 milhões em 2019 devido basicamente à reestruturação de quadro de pessoal decorrente de melhoria nos processos internos e adoção de ferramentas tecnológicas.
- (iii) Redução dos repasses financeiros para Associações Profissionais e/ou Entidades de Classe no valor de R\$2,5 milhões ou -2,9%, passando de R\$87,0 milhões em 2018 para R\$84,5 milhões em 2019.

Em atendimento ao IFRS 15, os repasses financeiros de contratos de adesão estão sendo apresentados líquidos da receita com estipulação de contratos a partir de 2018.

- (iv) Aumento em serviços de terceiros no valor de R\$5,8 milhões ou 5,6%, passando de R\$103,2 milhões em 2018 para R\$108,9 milhões em 2019. O crescimento decorre do projeto QSaúde e do processo de transformação digital, concentrado em informática e tecnologia.
- (v) Despesa pontual ocorrida em 2019 relacionada a gastos com sinistro no valor de R\$24 milhões.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$111,6 milhões, ou 12,3%, passando de R\$907,4 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$1.019 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em razão dos fatores abaixo descritos:

Despesas Administrativas. Aumento de R\$59,2 milhões, ou 11,9%, passando de R\$557,8 milhões em 2018, para R\$498,6 milhões em 2019, devido principalmente a:

- (i) Aumento de gastos com depreciações e amortizações de R\$ 30,7 milhões, ou 12,4%, passando de R\$ 248,9 milhões em 2018 para R\$ 279,7 milhões em 2019, para despesas administrativas o aumento é substancialmente decorrente da depreciação do direito de uso do arrendamento, além do incremento no valor do aluguel devido a imóvel que será ocupado pelo QSaúde.
- (ii) Aumento de gastos com autos de infração de R\$16,3 milhões, ou 60,8%, passando de R\$ 26,9 milhões em 2018 para R\$ 43,2 milhões em 2019, aumento decorrente principalmente por maior volume de notificações da ANS emitidas.
- (iii) Aumento em gastos com pessoal de R\$ 15,2 milhões, ou 13,5% evoluindo de R\$ 113,1 milhões em 2018 para R\$ 128,3 milhões em 2019, principalmente na composição de quadro de pessoal para o projeto QSaúde e em despesas relacionadas ao programa de ações restritas para os executivos e conselheiros.

Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, reconhecemos despesas relativas ao antigo plano de opções, no montante de R\$1,2 milhões, sem impacto no caixa. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o montante dessa despesa que reconhecemos foi de R\$ 0,4 milhões, sem impacto caixa.

Despesas Comerciais. Houve uma redução de -R\$1,3 milhões, ou -0,5%, passando as despesas de R\$279,0 milhões, em 2018, para R\$277,7 milhões em 2019, devido, principalmente, a:

- (i) Incremento de gastos com depreciações e amortizações no valor de R\$26,5 milhões, ou 35,5%, passando de R\$74,6 em 2018 para R\$101,1 milhões em 2019. Essa variação decorre da adequação ao CPC 47 (IFRS 15) que determinou a amortização dos gastos com comissão de vendas que foram lançados como ativo no Balanço. O aumento desta despesa é decorrente principalmente do acúmulo do saldo de amortização de 2018 adicionado ao incremento nos gastos relacionados às vendas em 2019.
- (ii) Redução de gastos com pessoal no valor de R\$9,1 milhões, ou -16,5%, passando de R\$55,5 milhões em 2018 para R\$46,4 milhões em 2019 devido basicamente à reestruturação de quadro de pessoal decorrente de melhoria nos processos internos e adoção de ferramentas tecnológicas.
- (iii) Economia em campanha de vendas no valor de R\$6,3 milhões, ou -28,6% reduzindo de R\$21,8 milhões em 2018 para R\$15,6 milhões em 2019 devido ao foco em campanhas com natureza de premiação e direcionadas para venda digital, (aplicadas ao CPC 47).
- (iv) Redução em outras despesas comerciais no valor de R\$10,3 milhões, ou -37,1% reduzindo de R\$27,7 milhões em 2018 para R\$17,4 milhões em 2019 devido ao foco na venda digital e à adoção CPC 06 (IFRS 16) quando os aluguéis passaram a integrar nosso imobilizado como direito de uso e são apropriadas como gastos de depreciações alocados em despesas administrativas.

Perdas com Créditos Incobráveis. Redução de R\$48,4 milhões, ou -40,5%, passando de R\$119,4 milhões em 2018 para R\$71,1 milhões em 2019, devido ações de recuperação principalmente referente a saldos de inadimplência de 2018.

Outras receitas/despesas operacionais líquidas. Redução de R\$102,0 milhões, ou 982,6%, passando de um total de despesas de R\$10,4 milhões em 2018 para um total de despesas de R\$112,4 milhões em 2019. Após a análise de "impairment" apurou-se a necessidade de constituição de baixa do valor de R\$ 107.881 do ágio da Connectmed-CRC e Gama Saúde mais a provisão por redução de valor recuperável de intangível dessas empresas no montante de R\$ 3.555, totalizando R\$ 111.436.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

Nosso lucro operacional antes do resultado financeiro reduziu R\$51,6 milhões, ou -7,9%, passando de R\$656,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$604,6 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em razão das variações descritas anteriormente.

Resultado Financeiro

Despesas financeiras. Incremento de R\$24,9 milhões, ou -27,3%, passando de R\$91,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$116,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 decorrente (i) de despesas financeiras da atualização monetária sobre debêntures relativas ao incremento do endividamento e renovação da dívida ocorridos em 2019 e ii) despesas de juros sobre arrendamentos referente à adoção CPC 06 (IFRS 16) quando os aluguéis passaram a integrar nosso imobilizado como direito de uso.

Receitas financeiras. Redução de R\$16,2 milhões ou -25,7%, passando de R\$63 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$79,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 devido, majoritariamente, pelo menor rendimento de caixa (redução da Selic e redução da posição de Caixa).

Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso resultado antes do imposto de renda e da contribuição social reduziu em R\$60,3 milhões, ou -9,6%, passando de R\$628,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$567,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em razão principalmente da baixa de impairment da Connectmed-CRC e Gama Saúde.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e a contribuição social reduziram R\$56 milhões, ou -24,2%, passando de R\$231,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$175,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente à redução do Lucro antes de impostos e à incorporação da Qualicorp Corretora pela Qualicorp SA e consequente melhor aproveitamento fiscal.

Lucro (Prejuízo) do Exercício

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro da Companhia reduziu em R\$4,3 milhões, ou -1,1%, passando de R\$397,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para um lucro de R\$392,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, pelos fatores descritos acima.

DISCUSSÃO DOS ITENS SIGNIFICATIVOS DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

<i>(em milhares em reais, exceto porcentagem)</i>	2019	AV	2018	AV	2019/2018
ATIVO	3.380.063	100,00%	3.549.313	100,00%	-4,77%
ATIVO CIRCULANTE	925.946	27,39%	981.666	27,66%	-5,68%
Caixa e equivalentes de caixa	201.050	5,95%	137.446	3,87%	46,28%
Aplicações financeiras	290.758	8,60%	352.091	9,92%	-17,42%
Créditos a receber de clientes	207.236	6,13%	192.355	5,42%	7,74%
Outros ativos	226.902	6,71%	299.774	8,45%	-24,31%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.454.117	72,61%	2.567.647	72,34%	-4,42%
Créditos a receber de clientes	437	0,01%	0	0,00%	100,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	113.559	3,36%	84.346	2,38%	34,63%
Outros ativos	65.398	1,93%	23.163	0,65%	182,34%
Investimentos	262	0,01%	262	0,01%	0,00%
Imobilizado	133.963	3,96%	54.508	1,54%	145,77%
Intangível:					
Ágio	1.516.342	44,86%	1.624.223	45,76%	-6,64%
Outros ativos intangíveis	624.156	18,47%	781.145	22,01%	-20,10%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.380.063	100,00%	3.549.313	100,00%	-4,77%
PASSIVO CIRCULANTE	471.135	13,94%	1.047.885	29,52%	-55,04%
Debêntures	34.340	1,02%	615.726	17,35%	-94,42%
Impostos e contribuições a recolher	44.777	1,32%	30.695	0,86%	45,88%
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15.735	0,47%	13.228	0,37%	18,95%
Prêmios a repassar	149.175	4,41%	202.868	5,72%	-26,47%
Repasse financeiros a pagar	18.360	0,54%	20.001	0,56%	-8,20%
Obrigações com pessoal	34.839	1,03%	43.767	1,23%	-20,40%
Antecipações a repassar	62.012	1,83%	46.420	1,31%	33,59%
Arrendamentos	24.191	0,72%	0	0,00%	100,00%
Débitos diversos	87.706	2,59%	75.180	2,12%	16,66%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.482.091	43,85%	146.935	4,14%	908,67%
Debêntures	1.296.060	38,34%	0	0,00%	100,00%
Impostos e contribuições a recolher	4.108	0,12%	5.083	0,14%	-19,18%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.240	1,43%	70.568	1,99%	-31,64%

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	54.859	1,62%	55.047	1,55%	-0,34%
Arrendamentos	72.420	2,14%	0	0,00%	100,00%
Débitos diversos	6.404	0,19%	16.237	0,46%	-60,56%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.426.837	42,21%	2.354.493	66,34%	-39,40%
Capital social	841.911	24,91%	1.809.071	50,97%	-53,46%
Reservas de capital	14.397	0,43%	1.122	0,03%	1183,16%
Reserva de Lucro	425.485	12,59%	399.256	11,25%	6,57%
Ajuste de avaliação patrimonial	145.044	4,29%	145.044	4,09%	0,00%

Ativo Circulante e Caixa e Equivalentes de Caixa

O ativo circulante da Companhia apresentou um decréscimo no valor de R\$ 55,7 milhões, ou 5,68%, entre 31 de dezembro de 2018 e de 2019, principalmente em função de:

- (i) redução nos saldos de adiantamento a operadoras/seguradoras e entidades de classe no montante de R\$75 milhões;
- (ii) aumento nos saldos de clientes no montante de R\$15 milhões; e

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante da Companhia apresentou um decréscimo de R\$ 113,53 milhões, ou 4,42% entre 31 de dezembro de 2018 e de 2019, em virtude principalmente de:

- (i) baixa do ágio em torno de R\$ 107,8 milhões decorrente da redução do valor recuperável (*impairment*) da unidade geradora de caixa segmento saúde da Gama/CRC.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresentou redução de R\$ 576,7 milhões, ou 55,04%, entre 31 de dezembro de 2018 e de 2019, em função principalmente de:

- (i) redução de R\$ 581,3 milhões, ou 94,4%, devido as liquidações das emissões de 2018 antecipadas em 22 de julho de 2019. O saldo de 2019 é referente aos juros apropriados no período das novas emissões pagas semestralmente (em janeiro e julho).

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante apresentou um aumento de R\$ 1.335,1 milhões, ou 908,6%, entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, em função principalmente de:

- (i) em 26 de junho de 2019 foram emitidas novas debêntures, gerando uma entrada de valor em R\$1.296,06 milhões no não circulante;
- (ii) Com aplicação da norma do IFRS16 (CPC 06-R2), a partir de 1º de janeiro de 2019 foi necessário evidenciar em balanço patrimonial os compromissos assumidos em contratos de arrendamento no montante de R\$72,4 milhões em contrapartida a um ativo de direito de uso no imobilizado.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido reduziu em R\$927,7 milhões entre 31 de dezembro de 2018 e de 2019, passando de R\$2.354,5 para R\$1.426,8, representando uma redução de 39,4% em função principalmente de:

- (i) redução de capital social no valor de R\$980 milhões de acordo com a AGE em 15 de agosto de 2019. Houve um aumento de capital de 10,9 milhões decorrente a plano de opções de ações;
- (ii) aumento de reserva de capital em R\$ 13,3 milhões, devido as adições de ações restritas;
- (iii) aumento de reserva de lucro em R\$26,2 milhões decorrente aos lucros do exercício de R\$ 392 milhões e a distribuição de lucros em R\$ 366 milhões, durante o exercício de 2019.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019

(em milhões de R\$)

	2019	AV	2018	AV	2019/2018
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	137,5		146,7		-6,27%
Varição no exercício gerada por	63,6	100,00%	-9,3	100,00%	783,87%
(+) Atividades operacionais	870,9	1369,34%	779,3	-	11,75%
(+) Atividade de investimento	-131,4	-206,60%	-332,9	3579,57%	-60,53%
(+) Atividades de financiamento	-675,9	-	-455,7	4900,00%	-48,32%
		1062,74%			
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	201,1		137,4		

Atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de nossas operações, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas de nossos negócios, dos custos dos nossos serviços, das despesas operacionais e de nosso resultado financeiro.

A geração de caixa também é impactada pela variação dos recebimentos de prêmios a repassar para as operadoras, uma vez que, dependendo da quantidade de dias úteis no final do período, há um recebimento de caixa relevante, sem o repasse correspondente.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o caixa gerado por nossas atividades operacionais foram de R\$ 870,9 milhões e R\$ 779,3 milhões, respectivamente. O aumento é explicado principalmente pela variação dos recebimentos de prêmios a repassar R\$ 127,8 milhões, em decorrência, principalmente, dos reajustes nos valores dos planos, no aumento do número de vidas.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está relacionado principalmente: (i) às aquisições de empresas controladas; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; e (iii) à aquisição de ativos intangíveis, dentre os quais os mais relevantes são os direitos de estipulação, administração e comercialização de planos de assistência à saúde, bem como de softwares para o incremento de nossa plataforma tecnológica. Estas atividades nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram de (R\$131,4) milhões e de (R\$332,9) milhões, respectivamente, a variação é explícita devido que em 2018 ocorreu o



pagamento de acordo de não competição ao nosso acionista fundador no valor total de R\$ 213,4 milhões, o que não ocorreu em 2019.

Atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em recebimento pela emissão de ações/debêntures, incluindo integralização de capital por parte de nossos acionistas e pagamento de dividendos e resgates de ações. Estas operações e atividades impactaram positivamente o caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram de (R\$675,9 milhões) e (R\$455,7 milhões) respectivamente. A variação negativa é justificada, substancialmente, pelos motivos abaixo:

- (i) quitação das antigas debêntures de forma antecipada em 22 de julho de 2019, mediante pagamento de R\$ 611 milhões;
- (ii) emissão de novas debêntures em 26 de julho de 2019, totalizando R\$1,300 milhões;
- (iii) redução de capital, aprovado por AGE realizada em 15 de agosto de 2019, no montante de R\$980 milhões;

APRESENTAÇÃO DE NOSSAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS RELATIVAS EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.
(ANTERIORMENTE DENOMINADA QUALICORP S.A.)
Exercício social encerrado em 31 de dezembro
(em milhares de reais, exceto %)

Demonstração do Resultado	2018	AV 2018	2017	AV 2017	2018/2017
Receita Operacional Líquida	1.932.124	100,0%	2.075.289	100,0%	-6,9%
Taxa de administração	1.191.971	61,7%	1.148.118	55,3%	3,8%
Corretagem	485.107	25,1%	536.978	25,9%	-9,7%
Agenciamento	104.418	5,4%	122.669	5,9%	-14,9%
Repasse Financeiros com estipulação de contratos (Royalties)			100.522	4,8%	-100,0%
Total Segmentos Afinidades	1.781.497	92,2%	1.908.287	92,0%	-6,6%
Corporativo	44.737	2,3%	48.915	2,4%	-8,5%
TPA	1151	0,1%	21.222	1,0%	-94,6%
Gestão de Saúde	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Conectividade	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
CRC Gama	99.987	5,2%	94.955	4,6%	5,3%
Massificados	4.752	0,2%	1.910	0,1%	148,9%
Total Segmento Corporativo e Outros	150.627	7,8%	167.002	8,0%	-9,8%
Total da Receita Operacional Líquida	1.932.124	100,0%	2.075.289	100,0%	-6,9%
Custo dos Serviços Prestados	-368.621	-19,1%	-497.382	-24,0%	-25,9%
Receitas (Despesas) Operacionais	-907.349	-47,0%	-969.430	-46,7%	-6,4%
Despesas administrativas	-498.578	-25,8%	-508.287	-24,5%	-1,9%
Despesas comerciais	-278.962	-14,4%	-284.582	-13,7%	-2,0%
Perdas com créditos incobráveis	-119.430	-6,2%	-127.161	-6,1%	-6,1%
Outras (receitas despesas) operacionais	-10.381	-0,5%	-49.400	-2,4%	-79,0%
Lucro Operacional ante do Resultado	656.153	34,0%	608.477	29,3%	7,8%
Receitas financeiras	63.034	3,3%	131.485	6,3%	-52,1%
Despesas financeiras	-91.078	-4,7%	-156.808	-7,6%	-41,9%
Resultado antes Imposto de Renda e da Contribuição Social	628.109	32,5%	583.154	28,1%	7,7%

Receita Operacional Líquida

Nossa receita operacional líquida reduziu R\$143,2 milhões, ou -6,9% passando de R\$2.075,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.932,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido aos fatores abaixo descritos:

Segmento Afinidade: a receita líquida do segmento Afinidade apresentou redução de R\$126,8 milhões, ou -6,6%, passando de R\$1.908,3 milhões, em 2017, para R\$1.781,5 milhões, em 2018, em razão dos seguintes fatores:

Taxa de Administração. Apresentou um aumento de R\$43,9 milhões, ou 3,8%, passando de R\$1.148,1 milhões, em 2017, para R\$1.192,0 milhões, em 2018. Efeito basicamente do reajuste médio de preços em cerca de 17,6% que manteve a variação positiva da receita mesmo com os impactos negativos do ano: i) redução da base de vidas, dado que a Companhia possuía 4,0% menos clientes de afinidades médico hospitalar em dezembro/18 na comparação com dezembro/17; ii) mix de carteira, considerando o perfil de ticket das vidas adicionadas e *downgrades* ao longo do segundo semestre de 2018, que apresentaram volume duas vezes maior que o mesmo período do ano anterior, por conta da estratégia da Companhia de reter o máximo de clientes possível.

Corretagem. Apresentou uma redução de R\$51,9 milhões, ou -9,7%, passando de R\$537,0 milhões em 2017 para R\$485,1 milhões em 2018, devido a alteração de mix de produtos e carteira/ operadoras, uma vez que novos acordos foram firmados pela Companhia com o objetivo de criar maior diversidade de produtos.

Repasses Financeiros com Estipulação de Contratos (Royalties). Para efeitos comparativos, a partir de 2018 esta conta passou a não ser mais classificada como Receita.

Os pronunciamentos IFRS 9 e 15 foram emitidos pelo IASB e passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018, com seus efeitos refletidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 com saldo de abertura em 1º de janeiro de 2018.

Sobre o IFRS 15, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado com efeito cumulativo da aplicação inicial do pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial (1 de janeiro de 2018).

Como consequência dessa perspectiva, a Companhia verificou os seguintes impactos decorrentes deste pronunciamento:

- i. Os “Repasse financeiros com estipulação de contratos”, anteriormente reconhecidos como receita no resultado do exercício, não atendem aos critérios de reconhecimento de receitas e passaram a ser reconhecidos como dedução da rubrica “Repasse financeiros contratos de adesão”, do grupo de custo dos serviços prestados, não gerando impactos no resultado da Companhia, apenas em sua apresentação; e

ii. A norma estabelece que os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, inclusive com corretores internos, serão capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira, gerando impacto no resultado da Companhia.

Agenciamento. Apresentou um decréscimo de R\$18,3 milhões, ou -14,9%, passando de R\$122,7 milhões em 2017 para R\$104,5 milhões em 2018.

Os decréscimos das receitas provenientes do segmento Afinidades se deve à redução do volume de vendas e alteração do mix produtos e carteira/ operadoras oferecidas pela Companhia.

Segmento Corporativo e Outros: a Receita líquida do segmento Corporativo e Outros apresentou um decréscimo de R\$16,4 milhões ou -9,8% passando de R\$167,0 milhões em 2017 para R\$150,7 milhões em 2018, em razão dos seguintes fatores:

Corporativo. A receita desse segmento apresentou um decréscimo de R\$4,2 milhões, ou -8,5%, passando de R\$48,9 milhões em 2017 para R\$44,8 milhões em 2018, impacto decorrente de encerramentos de contratos corporativos compensados pelas receitas da carteira Vision Med adquiridas em dezembro de 2017.

TPA. A receita desse segmento apresentou um decréscimo de R\$20,1 milhões, ou -94,6%, passando de R\$21,2 milhões em 2017 para R\$1,2 milhões em 2018 devido ao encerramento do contrato de AutoGestão com cancelamento de 1,4 milhão de vidas em janeiro de 2018.

CRC Gama. A receita desse segmento apresentou aumento de R\$5,0 milhões, ou 5,3%, passando de R\$95,0 milhões em 2017 para R\$100,0 milhões em 2018. Essa variação decorre de reajuste aplicado em renovação de contrato BackOffice, com cancelamento em agosto de 2018.

Seguros Massificados. A receita desse segmento apresentou crescimento no total de R\$2,8 milhões, ou 148,9%, passando de R\$1,9 milhões em 2017 para R\$4,8 milhões em 2018 devido ao maior volume de vendas.

Custos dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados reduziu R\$128,8 milhões, ou -6,9%, passando de R\$497,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$368,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em razão dos seguintes fatores:

- (vi) Redução dos repasses financeiros para Associações Profissionais e/ou Entidades de Classe no valor de R\$ 118,1 milhões ou -57,6%, passando de R\$205,1 milhões em 2017 para R\$87,0 milhões em 2018.
Em atendimento ao IFRS 15, os repasses financeiros de contratos de adesão estão sendo apresentados líquidos da receita com estipulação de contratos a partir de 2018.
- (vii) Redução de gastos com pessoal no valor de R\$30,9 milhões ou 19,9%, passando de R\$154,8 milhões em 2017 para R\$124 milhões em 2018 devido basicamente à reestruturação de quadro de pessoal da Companhia.
- (viii) Aumento em serviços de terceiros no valor de R\$10,8 milhões ou 11.7%, passando de R\$92,4 milhões em 2017 para R\$ 103,1 milhões em 2018. Isto se deve a um ajuste na alocação destes serviços, a partir de 2018, entre custos e despesas administrativas.
- (ix) Aumento em outros custos dos serviços prestados no valor de R\$6,3 milhões ou 45,2%, passando de R\$14,0 milhões em 2017 para R\$ 20,3 milhões em 2018. Decorre do maior dispêndio com processos judiciais devido ao aumento dos valores médios das condenações e ao maior número de processos envolvendo a Companhia (tendência à judicialização).
- (x) Aumento em ocupação em R\$ 5,4 milhões ou 44,8% passando de R\$12,0 milhões em 2017 para R\$ 17,5 milhões em 2018, decorrente de um ajuste na alocação destes serviços, a partir de 2018, entre custos e despesas administrativas.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais reduziram R\$62,1 milhões, ou -6,4%, passando de R\$969,4 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$907,4 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, em razão dos fatores abaixo descritos:

Despesas Administrativas. Redução de R\$9,7 milhões, ou -1,9%, passando de R\$508,3 milhões em 2017, para R\$498,6 milhões em 2018, devido principalmente a:

- (i) Redução de gastos com serviços de terceiros no valor de R\$33,3 milhões, ou -37,7%, passando de R\$88,2 milhões em 2017 para R\$55,0 milhões em 2018. A variação decorre de um ajuste na alocação destes serviços, a partir de 2018, entre custos e despesas administrativas. Analisando o total dos terceiros dos grupos de custos e despesas, há uma redução de R\$ 22,5 milhões devido ao encerramento do contrato de serviço de *back office*

com parceiro da controlada indireta da Companhia, Clube de Saúde e contratações de consultoria e revisão do portfólio de projetos de TI em 2018.

- (ii) Redução de gastos com ocupação no valor de R\$5,4 milhões, ou -34,7%, passando de R\$15,7 milhões em 2017 para R\$10,2 milhões em 2018. A variação decorre de um ajuste na alocação destes serviços, a partir de 2018, entre custos e despesas administrativas.
- (iii) Aumento de gastos com depreciações e amortizações de R\$ 9.1 milhões, ou 27,6%, passando de R\$ 228,4 milhões para R\$ 249,0 milhões, devido principalmente à amortização de acordo de não competição firmado entre a Companhia e seu acionista fundador.

Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, reconhecemos despesas relativas ao plano de opções, no montante de R\$12,1 milhões, sem impacto no caixa. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o montante dessa despesa que reconhecemos foi de R\$1,2 milhões, sem impacto caixa. Essa redução se deve à ausência de novas outorgas no âmbito do plano de opções desde fevereiro de 2017.

Despesas Comerciais. Houve uma redução de -R\$5,6 milhões, ou -2%, passando as despesas de R\$284,6 milhões, em 2017, para R\$279,0 milhões em 2018, devido, principalmente, a:

- (v) Redução de gastos com comissões de terceiros no valor de R\$71,6 milhões, ou -52,3%, passando de R\$136,7 milhões em 2017 para R\$65,1 milhões em 2018, devido, principalmente, ao efeito da adoção de normas segundo o IFRS 15 (CPC 47) com a capitalização das comissões para obtenção de novos contratos no intangível e também a renegociações de contratos.
- (vi) Redução de gastos com campanha de vendas no valor de R\$12,8 milhões, ou -37,0%, passando de R\$34,7 milhões em 2017 para R\$21,8 milhões em 2018, devido, principalmente, à adoção do IFRS 15, desde o segundo trimestre de 2018, o qual determinou que campanhas com natureza de premiação por novas vendas deverão ser consideradas como investimento.
- (vii) Incremento de gastos com depreciações e amortizações de R\$74,6 milhões, ou 100%, passando de R\$ 0,00 em 2017 para R\$ 74.6 milhões em 2018. Essa variação decorre da adequação ao CPC 47 (IFRS 15) que determinou a amortização dos gastos com comissão de vendas que foram lançados como ativo no Balanço.

Perdas com Créditos Incobráveis. Redução de R\$7,7 milhões, ou -6,1%, passando de R\$127,2 milhões em 2017 para R\$119,4 milhões em 2018.

Outras receitas/despesas operacionais líquidas. Redução de R\$39 milhões, ou 79%, passando de um total de despesas de R\$49,4 milhões em 2017 para um total de despesas de R\$10,4 milhões em 2018. A principal variação decorre do estorno das “contas a receber” da coligada da Companhia, Potencial Administradora, no valor de R\$ 40,6 milhões lançadas em 2017, sem reflexo em 2018.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

Nosso lucro operacional antes do resultado financeiro aumentou R\$47,7 milhões, ou 7,8%, passando de R\$608,5 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$656,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em razão das variações descritas anteriormente.

Resultado Financeiro

Despesas financeiras. Reduziram R\$65,7 milhões, ou 41,9%, passando de R\$156,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$91,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 decorrente (i) de despesas financeiras da atualização monetária dispendidas em função da aquisição de participação societárias ocorridas em 1º de outubro e incorporadas em 31 de dezembro de 2017, não recorrentes em 2018 (ii) da queda na remuneração das debêntures pelo reflexo da Selic e diminuição dos juros da taxa Cetip em relação aos incorridos em 2017.

Receitas financeiras. Reduziram R\$68,5 milhões ou 52,1%, passando de R\$131,5 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$63 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 devido, majoritariamente, pelos menores valores de juros e multas por atraso arrecadados pelas controladas Qualicorp Administração e Serviços e Qualicorp Benefícios nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão e produtos complementares e pela redução da Selic, o que impacta diretamente o rendimento das aplicações financeiras.

Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso resultado antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou R\$44,9 milhões, ou 7,7%, passando de R\$583,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$628,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em razão do melhor resultado operacional da Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e a contribuição social aumentaram R\$33,8 milhões, ou 17,1%, passando de R\$197,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$231,1 milhões, no

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido principalmente ao crescimento do Lucro antes de impostos e efeitos temporais de adições e exclusões da base tributável.

Lucro (Prejuízo) do Exercício

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro da Companhia aumentou em R\$11,2 milhões, ou 2,9%, passando de R\$385,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para um lucro de R\$397 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, pelos fatores descritos acima.

DISCUSSÃO DOS ITENS SIGNIFICATIVOS DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em milhares em reais, exceto porcentagem)

	2018	AV	2017	AV	VAR 17/18
ATIVO	3.549.313	100,00%	3.531.358	100,00%	0,51%
ATIVO CIRCULANTE	981.666	27,66%	1.034.181	29,29%	-5,08%
Caixa e equivalentes de caixa	137.446	3,87%	146.733	4,16%	-6,33%
Aplicações financeiras	352.091	9,92%	421.044	11,92%	-16,38%
Créditos a receber de clientes	192.355	5,42%	217.326	6,15%	-11,49%
Outros ativos	299.774	8,45%	249.078	7,05%	20,35%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.567.647	72,34%	2.497.177	70,71%	2,82%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	84.346	2,38%	155.230	4,40%	-45,66%
Outros ativos	23.163	0,65%	14.045	0,40%	64,92%
Investimentos	262	0,01%	262	0,01%	0,00%
Imobilizado	54.508	1,54%	67.755	1,92%	-19,55%
Intangível:					
Ágio	1.624.223	45,76%	1.624.223	45,99%	0,00%
Outros ativos intangíveis	781.145	22,01%	635.662	18,00%	22,89%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.549.313	100,00%	3.531.358	100,00%	0,51%
PASSIVO CIRCULANTE	1.047.885	29,52%	407.464	11,54%	157,17%
Debêntures	615.726	17,35%	5.009	0,14%	12192,39%
Impostos e contribuições a recolher	30.695	0,86%	33.711	0,95%	-8,95%
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13.228	0,37%	13.287	0,38%	-0,44%
Prêmios a repassar	202.868	5,72%	128.710	3,64%	57,62%
Repasse financeiros a pagar	20.001	0,56%	14.609	0,41%	36,91%
Obrigações com pessoal	43.767	1,23%	50.002	1,42%	-12,47%
Antecipações a repassar	46.420	1,31%	47.700	1,35%	-2,68%
Débitos diversos	75.180	2,12%	114.436	3,24%	-34,30%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	146.935	4,14%	756.999	21,44%	-80,59%
Debêntures	0	0,00%	608.781	17,24%	-100,00%
Impostos e contribuições a recolher	5.083	0,14%	5.939	0,17%	-14,41%

Imposto de renda e contribuição social diferidos	70.568	1,99%	86.227	2,44%	-18,16%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	55.047	1,55%	53.802	1,52%	2,31%
Débitos diversos	16.237	0,46%	2.250	0,06%	621,64%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.354.493	66,34%	2.366.895	67,03%	-0,52%
Capital social	1.809.071	50,97%	1.750.721	49,58%	3,33%
Reservas de capital	1.122	0,03%	159.066	4,50%	-99,29%
Reserva de Lucro	399.256	11,25%	312.064	8,84%	27,94%
Ajuste de avaliação patrimonial	145.044	4,09%	145.044	4,11%	0,00%

Ativo Circulante e Caixa e Equivalentes de Caixa

O ativo circulante da Companhia apresentou um decréscimo no valor de R\$ 52,5 milhões, ou 5,1%, entre 31 de dezembro de 2017 e de 2018, principalmente em função de:

- (iii) a Companhia diminuir saldo de suas aplicações financeiras de liquidez imediata classificadas como Caixa e Equivalentes de Caixa de aproximadamente R\$9MM e fundo exclusivo de investimento multimercado de R\$60 milhões, pelos eventos do aumento do fluxo de caixa operacional em 2018 de R\$244 milhões consumido pela recompra de ações no exercício R\$129 milhões e pagamento de custos da aquisição non compete acionista fundador R\$207 milhões.
- (iv) aumento de adiantamentos de repasse para as entidades de classe/operadoras, nos quais a Companhia vem realizando abatimentos de repasses financeiros e prêmios a repassar a receber no montante de R\$54 milhões (25,7 milhões em 2017).

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante da Companhia apresentou um acréscimo de R\$ 70,5 milhões, ou 2,8% entre 31 de dezembro de 2017 e de 2018, em virtude principalmente de:

- (ii) diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 70,9 milhões ou 45,7%, em função da constituição de créditos tributários aproveitados decorrentes de combinações de negócio;
- (iii) aumento de outros ativos intangíveis no valor de R\$ 145,5 milhões ou 22,9%, devido a adoção do CPC 47 (IFRS15), a partir de 1º de janeiro de 2018 os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos passam a ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, são capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em carteira.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresentou aumento de R\$ 640,4 milhões, ou 157,2%, entre 31 de dezembro de 2018 e de 2017, em função principalmente de:

- (ii) aumento de R\$ 610,7 milhões, ou 121,9%, devido a transferência das debêntures de passivo não circulante (longo prazo) para passivo circulante (curto prazo) de acordo com o vencimento em 4 de novembro de 2019.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante apresentou uma diminuição de R\$ 610,1 milhões, ou 80,6%, entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, em função principalmente de:

- (iii) redução de R\$ 608,8 milhões, ou 100%, devido a transferência das debêntures de passivo não circulante para passivo circulante de acordo com o vencimento em 04 de novembro de 2019.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido reduziu em R\$12,4 milhões entre 31 de dezembro de 2017 e de 2018, passando de R\$2.366,9 para R\$2.354,5, representando uma redução de 0,5% em função principalmente de:

- (iv) aumento de capital social no valor de R\$58,4 milhões, devido ao programa de integralização de capital através de opção outorgadas de ações;
- (v) redução de reserva de capital em R\$157,9 milhões, devido ao cancelamento de ações em tesouraria;

(vi) aumento de reserva de lucro em R\$87,2 milhões, devido ao resultado do exercício de 2018.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro

(em milhões de R\$)

	2018	AV%	2017	AV%	18/17 %
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	146,7		125,3		17,08%
Varição no exercício gerada por	-9,3		21,4		-
(+) Atividades operacionais	779,3	-	534,6	2498,13%	45,78%
		8391,45%			
(+) Atividade de investimento	-332,9	3584,40%	-	-	-23,23%
			433,6	2026,17%	
(+) Atividades de financiamento	-455,7	4907,05%	-79,7	-372,43%	471,79%
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	137,4		146,7		-6,33%

Atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de nossas operações, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas de nossos negócios, dos custos dos nossos serviços, das despesas operacionais e de nosso resultado financeiro.

A geração de caixa também é impactada pela variação dos recebimentos de prêmios a repassar para as operadoras, uma vez que, dependendo da quantidade de dias úteis no final do período, há um recebimento de caixa relevante, sem o repasse correspondente.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o caixa gerado por nossas atividades operacionais foi de R\$ 779,3 milhões e R\$ 534,6 milhões, respectivamente. O aumento é explicado pela variação dos recebimentos de prêmios a repassar conforme mencionado acima e em débitos devido valores a pagar aos prestadores da rede credenciada da controlada Gama Saúde em razão



da prestação de serviços de utilização de rede credenciada médico-hospitalar para outras Operadoras/Autogestões (“aluguel de rede”).

Atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está relacionado principalmente: (i) às aquisições de empresas controladas; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; e (iii) à aquisição de ativos intangíveis, dentre os quais os mais relevantes são os direitos de estipulação, administração e comercialização de planos de assistência à saúde, bem como de softwares para o incremento de nossa plataforma tecnológica. Estas atividades nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foi de R\$ 332,9 milhões e de R\$ 433,6 milhões, respectivamente, porque em 2017 ocorreu o pagamento do exercício de opção de compra da parte de não controladores de controladas indiretas no valor de R\$ 273,1 milhões, o que não ocorreu em 2018.

Atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em recebimento pela emissão de ações/debêntures, incluindo integralização de capital por parte de nossos acionistas e pagamento de dividendos e resgates de ações. Estas operações e atividades impactaram positivamente o caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 tivemos aumento de caixa em R\$ 455,7 milhões, basicamente pela variação negativa de R\$129,8 milhões pela compra de ações em tesouraria e de R\$354,9 milhões a dividendos pagos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 tivemos diminuição de caixa em R\$ 79,7 milhões, basicamente pela variação positiva de R\$ 163,6 milhões de aumento de capital pela outorga de ações e variação negativa de R\$ 237,3 milhões a dividendos pagos.

Item 10.2 - Os diretores devem comentar sobre

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.2 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

a. resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia, através de suas controladas, possui apenas um segmento reportável, sendo ele o segmento Afinidades, e opera nesse segmento através da atividade de administradora de benefícios com as suas controladas Qualicorp Benefícios, Clube de Saúde, Qualicorp Administração e Serviços Ltda. e através da atividade de corretagem e agenciamento com a controlada Qualicorp Corretora de Seguros S.A. (até 31 de outubro de 2019 que foi incorporada pela Companhia).

Nossos Diretores entendem que nossa receita bruta é preponderantemente proveniente da (i) Taxa de Administração, (ii) Corretagem, (iii) Agenciamento; (iv) Repasses Financeiros com Estipulação de Contratos (royalties), (v) consultoria em gestão de benefícios, (vi) sistemas de conectividade; (vii) Massificados.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a representatividade das nossas receitas foram distribuídas da seguinte forma:

	Exercício findo em					
	<u>2019</u>		<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Taxa de administração	1.348.801	62,00%	1.322.332	62,80%	1.268.846	56,20%
Corretagem	566.981	26,00%	563.291	26,80%	629.560	28,00%
Agenciamento	169.078	7,80%	125.468	6,00%	137.998	6,10%
Repasses financeiros com estipulação de contratos	0	0,00%	0	0,00%	109.732	4,80%
Prestação de serviços de conectividade	80.546	3,70%	79.224	3,80%	73.496	3,30%
Consultoria em gestão de benefícios	7.178	0,30%	10.039	0,50%	34.571	1,50%
Massificados	4.631	0,20%	5.268	0,30%	5.252	0,10%

Em 31 de dezembro de 2019, o índice utilizado para reajuste dos nossos contratos de intermediação permaneceu estável. Abaixo, segue uma breve descrição das principais fontes de nossa receita:

Segmento Afinidade

Em nosso segmento Afinidade possuímos as seguintes receitas, em ordem de importância: (i) Taxa de Administração, (ii) Corretagem, (iii) Agenciamento e (iv) Repasses Financeiros com Estipulação de Contratos (royalties).

Taxa de Administração. Nossas receitas de taxa de administração são recorrentes e correspondem à remuneração mensal da atividade de administração dos planos coletivos por adesão. Ela é paga mensalmente pelos Beneficiários membros das associações em função de todos os serviços prestados.

Corretagem. Nossas receitas de corretagem também são recorrentes e advêm da prestação dos serviços de corretagem sobre as operações de intermediação de vendas de seguros e planos de saúde e odontológico. Ela é paga pelas seguradoras e operadoras de saúde.

Agenciamento. Nossas receitas com agenciamento correspondem à remuneração sobre o montante das novas vendas efetuadas, que é paga diretamente pelas seguradoras e operadoras. Quando a venda é efetuada por meio de força de venda própria, inclui-se dentro do agenciamento a taxa de cadastramento paga pelo Beneficiário.

Repasses Financeiros com Estipulação de Contratos (Royalties). Nossas receitas com repasses financeiros com estipulação de contratos são recorrentes e oriundas da remuneração mensal devida pelas operadoras de planos de saúde e odontológico e seguradoras a título de esforço de vendas para as associações de classes profissionais contratadas. A partir de 2018, houve alteração de classificação (agora alocada em custos) desta linha devido ao IFRS 15.

No ano de 2017, houve um decréscimo da carteira adesão de 13,0% a.a., reflexo do cenário macroeconômico e aos altos reajustes médios de preços, em torno de 22%. Neste cenário, a Companhia manteve esforços para acompanhar e negociar o reajuste com as operadoras e seguradoras de planos de saúde e na retenção dos clientes, buscando produtos mais acessíveis, juntamente ao atendimento qualificado, para oferecer soluções aos clientes com dificuldades em manter seu plano.

Em maio de 2017, ocorreu o distrato da venda da carteira Potencial e conseqüentemente o retorno das vidas para a Companhia (aproximadamente 29 mil vidas mil beneficiários entre saúde e odontológico) a partir de junho/17, gerando incremento de R\$ 10,8 milhões de receita bruta.

Em 26 de dezembro de 2017, foi firmado um contrato de cessão e transferências de direitos e obrigações e outras avenças com a Vision Med Assistência Médica Ltda. sendo ofertado o produto Golden – Clube de

vantagens a contratos de planos privados de assistência à saúde coletivos empresarias com até 29 vidas, para uma carteira de 77.625 vidas em saúde e 40.677 vidas em planos odontológicos, bem como as novas vidas geradas neste contrato nos próximos 24 meses.

A partir de 2018, devido à adoção do IFRS 15, os “Repasse financeiros com estipulação de contratos”, anteriormente reconhecidos como receita no resultado do exercício, passaram a ser reconhecidos como dedução da rubrica “Repasse financeiros contratos de adesão”, do grupo de custo dos serviços prestados, não gerando impactos no resultado da Companhia, apenas em sua apresentação.

Também no ano de 2018, foi registrado incremento da receita bruta em R\$ 18 milhões, devido à entrada da carteira Vision Med em dezembro de 2017.

Em contrapartida, em janeiro de 2018, ocorreu o encerramento do contrato de Autogestão com cancelamento de 1,4 milhão de vidas.

Por fim, o restante da redução da receita de 2018 ocorreu devido à perda de aproximadamente 48 mil vidas no segmento afinidades, além da alteração de mix devido a estratégias de retenção de clientes com oferta de produtos mais acessíveis a fim de combater a maior perda de clientes durante o período de reajuste.

No ano de 2019 foi registrado incremento da receita bruta em R\$ 77,9 MM, devido principalmente a: i) aquisições/ captações de carteiras que totalizam 18 mil vidas (SEESP, CAARS e CAIXA DOS ADVOGADOS e impactaram a receita em R\$ 7,3 MM, ii) aumento de vendas versus 2018 e iii) melhoria no processo de retenção durante o período de reajuste através da maior assertividade na oferta de outros produtos para clientes que solicitaram cancelamento.

A carteira de clientes do segmento Adesão cresceu 26 mil vidas versus 2018 devido principalmente ao início da Administração da carteira Uniconsult em dez/19 (Aquisição da Empresa concretizada em 2020) e aquisição/ migração das carteiras mencionadas acima, que compensaram a quantidade de cancelamentos do ano.

Segmento Corporativo e Outros

Em nosso Segmento Corporativo e Outros possuímos as seguintes receitas, em ordem de importância: (i) Corretagem, (ii) Agenciamento; (iii) Consultoria em Gestão de Benefícios; (iv) Gestão em Saúde; (v) Seguros Massificados ; e (vi) TPA.

Corporativo

Corretagem. Nossas receitas com corretagem são recorrentes e correspondem à remuneração mensal paga pelas seguradoras e operadoras de saúde com as quais mantemos relacionamentos comerciais e advêm da prestação dos serviços de corretagem sobre as operações de intermediação de vendas de seguros e planos de saúde e odontológico.

Agenciamento. Nossas receitas com agenciamento correspondem à remuneração equivalente a um percentual incidente sobre o montante das novas vendas efetuadas paga diretamente pelas seguradoras e operadoras.

Consultoria em Gestão de Benefícios. Nossas receitas com consultoria em gestão de benefícios são recorrentes e correspondem à remuneração mensal devida pelas empresas que contratam os serviços de consultoria em gestão de benefícios.

Outros

Gestão em Saúde: Nossas receitas com Gestão em Saúde são recorrentes e correspondem à remuneração mensal devida pelas empresas que contratam programas de medicina preventiva, entre outros serviços.

Conectividade: Nossas receitas com sistemas de conectividade são recorrentes e correspondem à remuneração mensal dos serviços de sistemas de conectividade prestados a clientes corporativos.

TPA: Nossas receitas com TPA são recorrentes e correspondem à remuneração mensal devida pelas Autogestões e Órgãos Públicos que contratam os serviços de suporte administrativo.

Seguros Massificados: Nossas receitas com Seguros Massificados são recorrentes e correspondem à remuneração mensal paga pelas seguradoras com as quais mantemos relacionamentos comerciais e advêm da prestação dos serviços de corretagem sobre as operações de intermediação de vendas de seguros massificados, como seguro de vida, capitalização, seguro residencial e de proteção financeira, garantia estendida e renda garantida.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ocorreu o distrato da venda da carteira Potencial e, conseqüentemente, o retorno das vidas para a Companhia. Adicionalmente, foi firmado um contrato de cessão e transferências de direitos e obrigações e outras avenças com a Vision Med Assistência Médica Ltda. sendo ofertado o produto Golden.

Em referência ao ano de 2018, houve perda de clientes do contrato de Autogestão (TPA) com cancelamento de 1,4 milhão de vidas em janeiro de 2018. Ainda neste ano, tivemos a aquisição de uma nova carteira da ASBEN, com 10,9 mil vidas, o que gerou um incremento de vidas e receita no Segmento Afinidades.

Em referência ao ano de 2019, tivemos aquisições/captação de carteiras que totalizaram 18 mil vidas, incrementando número de vidas e receita no Segmento Afinidades. Além disso, passamos a administrar 35 mil vidas da Uniconsult em dez/19 e a Aquisição da Empresa se concretizou em 2020.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossas principais fontes de receita são afetadas pelas mudanças das condições políticas e econômicas, locais e nacionais, taxa de desemprego, políticas governamentais e pelo incremento de renda e do poder aquisitivo de nossos Beneficiários, sejam nos casos do segmento Afinidade (pessoas físicas vinculadas a Entidades de Classe/Instituições) quanto no Segmento Corporativo e Outros (pessoas jurídicas que pagam a totalidade ou parcela do seguro saúde de seus colaboradores).

No futuro, nossa expectativa é que nossa receita seja afetada principalmente por:

- (i) Variação na base de Beneficiários: Variações na base de Beneficiários resultam de nosso esforço de venda no segmento Afinidade, bem como da obtenção de novos clientes e contratos no Segmento Corporativo e Outros, além do foco em M&A e tem impacto direto em nossa receita operacional.
- (ii) Reajustes no prêmio dos benefícios oferecidos / Taxas contratuais: Tanto no segmento Afinidade quanto no Corporativo, as receitas oriundas da Taxa de Administração, da Corretagem (que abrange segmento dos Seguros Massificados), e do Agenciamento resultam de um percentual estável e aplicado sobre o prêmio do benefício oferecido, o qual pode variar de cliente para cliente, mas não é alvo de regulamentação por órgãos ou agências reguladoras.

Dessa forma, nossa receita pode sofrer variações em decorrência do reajuste do prêmio dos benefícios oferecidos. Tal reajuste é anualmente negociado entre a Companhia e as Operadoras, e apresenta alta correlação com: (i) a inflação observada no segmento da saúde e (ii) a sinistralidade da carteira.

As receitas dos Outros segmentos (Conectividade e Gestão de Saúde) são baseadas em um valor fixo por contrato ou quantidade de membros geridos e podem sofrer variações de acordo com (i) a inflação observada no segmento da saúde; (ii) inflação da economia como um todo; e (iii) sinistralidade das carteiras geridas.

Taxa de câmbio: Visto que nossas receitas são basicamente em reais, entendemos que não estamos diretamente suscetíveis a riscos cambiais de maneira relevante. Nossas receitas podem ser afetadas pela taxa de câmbio na medida em que afetarem indiretamente a sinistralidade da carteira por meio de equipamentos médicos e/ou medicamentos importados.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Do ponto de vista de custos de prestação de serviço e despesas administrativas, nosso resultado operacional e financeiro pode ser impactado por:

- (i) Inflação: Como é típico de empresas prestadoras de serviço, nosso principal insumo é a mão de obra especializada, tanto direta quanto indireta, de prestadores de serviços. Dessa forma, nosso resultado operacional pode ser afetado por pressões inflacionárias no custo da mão de obra qualificada. Outras despesas significativas, tais como as relacionadas a marketing e/ou serviços terceirizados, também podem ser afetadas por pressões inflacionárias e impactar em nosso resultado operacional.
- (ii) Taxa de Câmbio: Visto que nossos custos e despesas operacionais, são, em grande parte, denominados em reais, entendemos que não estamos suscetíveis a riscos cambiais relevantes.
- (iii) Taxa de Juros: A variação da taxa de juros pode impactar nosso resultado financeiro em face dos compromissos financeiros que assumimos, traduzidos, sobretudo, no pagamento da remuneração devida aos titulares das debêntures de emissão das nossas controladas. Outrossim, a variação na taxa de juros pode afetar nossas receitas financeiras, oriundas das Aplicações Financeiras da empresa, bem como as receitas oriundas do atraso no pagamento das mensalidades dos Beneficiários.

Item 10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.3 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que todas as introduções e alienações de segmentos operacionais, consequência de constituição, aquisição ou alienação de participações societárias, realizadas entre 1º de janeiro de 2016 e 30 de janeiro de 2020 estão descritas no item 10.3 (b) abaixo.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A despesa financeira referente a atualização monetária para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$29,9 milhões, decorrente das transações relacionadas à aquisição da participação societária da Aliança e GA Consultoria, sendo composta (i) pela atualização de do passivo financeiro decorrente da aquisição da participação societária equivalente a 60% do capital social das companhias e (ii) R\$151,7 milhões referente à atualização do passivo financeiro relativo à opção de compra exercida antecipadamente para aquisição adicional de 15% do capital das companhias e da parcela remanescente de 25% base nota explicativa 7. A aquisição da Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. e GA Corretora de Seguros, Consultoria, Administração e Serviços S.A. está alinhada com a expansão geográfica da atuação do Grupo Qualicorp como um grande provedor de soluções para seus clientes dentro de todo o território nacional.

No âmbito da transação por meio da qual a Companhia adquiriu participação societária da Aliança e GA Consultoria, foi exercida em 3 de outubro de 2017, conforme aprovação do Conselho de Administração, a opção de compra de ações pela Companhia da parte do acionista não controlador (25% remanescentes), no montante de R\$273,1 milhões. Após este pagamento, a Companhia entende que todos os compromissos contratuais dessa aquisição foram concluídos, não havendo ajustes futuros, financeiros ou contábeis, a serem efetuados que possam alterar os valores da combinação de negócios.

Em 15 de fevereiro de 2017, a controlada direta da Companhia, Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., celebrou contrato de compra e venda de cotas e outras avenças com a Uniconsult Administradora de Benefícios (“Uniconsult”), adquirindo 75% das cotas da empresa por R\$ 6,5 milhões. Deste montante,



R\$ 1,5 milhão foi pago como adiantamento e o saldo de R\$ 5 milhões seria liquidado após a concretização da operação, que por sua vez estava sujeita à aprovação da ANS e outras condições precedentes.

No entanto, em 26 de outubro de 2017, foi protocolada na ANS a desistência da aquisição da Uniconsult pela controlada da Companhia pelo não atendimento das condições precedentes referidas acima. O adiantamento de R\$1,5 milhão foi atualizado monetariamente e foi integralmente devolvido conforme contrato firmado entre as partes.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 31 de outubro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral, Qualicorp Corretora de Seguros S.A. Em decorrência de referida incorporação, a Qualicorp Corretora de Seguros S.A. foi extinta e a Companhia passou a sucedê-la a título universal e sem qualquer solução de continuidade, em todos os seus ativos e passivos, direitos e obrigações, de qualquer natureza, patrimoniais ou não patrimoniais.

A incorporação está alinhada com a estratégia de otimização das estruturas societárias e de negócios da Companhia. Com isso, pretende-se reduzir custos em áreas administrativas e com o cumprimento de obrigações acessórias, além de tornar a administração conjunta mais eficiente ao gerar aproveitamento de sinergias, o que resultará em benefícios de natureza patrimonial e financeira para a Companhia e para a Incorporada.

Em 4 de dezembro de 2019, a Companhia, celebrou um novo contrato de compra e venda de cotas e outras avenças com a Uniconsult e seus controladores, adquirindo 75% das cotas da empresa por R\$ 24,7 milhões, tendo realizado um pagamento inicial de 80% (no montante de R\$16,7 milhões (valor corrigido) no dia 7 de fevereiro de 2020). O valor residual de R\$ 4,1 milhões (valor passível de ajuste) será pago após 60 dias da data do pagamento inicial.

A ANS aprovou a transação em 24 de janeiro de 2020, e a Companhia assumiu a posição de acionista em 6 de fevereiro de 2020.

O Conselho de administração da Companhia aprovou, em 13 de janeiro de 2020, a contratação de operação de alienação de todas as atividades, ativos e passivos da QSaúde para o Sr. José Seripieri Filho, acionista da controladora. Nesse contexto, a Companhia celebrou, nesta mesma data, o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, cuja validade e eficácia ficou condicionada, dentre outras condições, à aprovação pela Assembleia Geral da Companhia (AGE).

A AGE realizada em 30 de janeiro de 2020 analisou, aprovou e ratificou pelos acionistas a recomendação do Conselho de Administração dos seguintes termos: (i) alienação pela Companhia da totalidade das

quotas de emissão da controlada QSaúde Operadora de Planos de Saúde Ltda. para o Sr. José Seripieri Filho, nos termos da Proposta de Administração e contrato disponibilizado no valor de R\$ 51.083; (ii) todo e qualquer valor que tenha sido ou venha a ser custeado pelas vendedoras para pagamento de despesas e custos fixos e ordinários para fins de cumprimento das obrigações assumidas pela QSaúde como parte do seu plano de iniciar suas atividades operacionais entre 31 de dezembro de 2019 até data de fechamento, (iii) na concessão de liberação parcial e restrita das obrigações de não competição e não aliciamento de clientes, fornecedores, distribuidores e/ou parceiros comerciais, assumidas pelo Sr. José Seripieri Filho no Contrato de Assunção de Obrigação de Não Alienação de Ações e Não Competição de Negócios, celebrado com a Companhia em 28 de setembro de 2018; e (iv) na celebração de contrato de parceria comercial entre a Companhia, sua controlada Qualicorp Administradora e a QSaúde para regular o oferecimento de produtos da QSaúde pela Companhia.

A efetivação da compra e venda está sujeita à aprovação Agência Nacional da Saúde, ANS que está analisando essa solicitação.

c. eventos ou operações não usuais

Os nossos Diretores informam que não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais relacionadas às nossas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas nossas demonstrações financeiras ou resultados.

Em 2018, realizamos a operação abaixo não usual relacionada ao contrato de assunção de obrigação de não alienação de ações e não competição com acionista fundador:

Em 28 de setembro de 2018, a Companhia por decisão unânime do Conselho de Administração, sem a presença do acionista fundador, firmou contrato de assunção de obrigação de não alienação de ações e não competição de negócios, no valor de R\$ 150 Milhões líquidos de impostos (R\$ 206,8 Milhões brutos de impostos) pelo prazo de seis anos (72 meses), podendo ser estendido por 2 (dois) anos, a qualquer tempo até o 5º ano da data de assinatura e a exclusivo critério da Companhia, mediante o pagamento de indenização adicional.

O acionista fundador obrigou-se, nos termos do contrato:

(i) não alienar 13.652.913 ações de emissão da Companhia de sua titularidade (ações restritas), equivalentes a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor da indenização, ou seja, R\$ 225 Milhões, até serem cumpridos 48 meses contados da data de assinatura do contrato, sendo após esse período



efetuadas liberações ou recomposições parciais desta quantidade de ações, conforme cronograma previsto no contrato (ii) não competir com os negócios da Companhia, independentemente de exercício ou não de cargo de administrador da Companhia e suas controladas, referida obrigação de não competir abrange não interferir no relacionamento mantido entre a Companhia e qualquer cliente, fornecedor, distribuidor, atual ou futuro e também não solicitar ou encorajar qualquer pessoa a deixar seu emprego ou deixar de prestar serviços para a Companhia ou suas controladas.

Em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pelo acionista fundador será aplicado multa compensatória, a ser paga em favor da Companhia, de até 150% (cento e cinquenta por cento) alinhado a cláusula pelo tempo restante do contrato.

Adicionalmente, é permitida a rescisão pelo acionista fundador com a devolução do valor proporcional da indenização à Companhia nos seguintes casos: (a) aquisição de controle hostil e (b) destituição do conselho de administração que resultar ou for relacionada a pedido de convocação de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) por acionistas da Companhia conforme leis das Sociedades Anônimas.

O custo total do contrato, no valor de R\$ 206,8 Milhões, foi registrado no ativo intangível e será amortizado pelo prazo de sua vigência.

Item 10.4 - Os diretores devem comentar

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. As informações constantes nesta seção 10.4 têm como base nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, nossas políticas sofreram alterações devido à adoção dos IFRS 16 (Arrendamentos – CPC 06 R2), IFRIC 23 (Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro – ICPC 22), IFRS 9 (Instrumentos Financeiros – CPC 48) e IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes – CPC 47) conforme a seguir:

Operações de arrendamento mercantil: Os arrendamentos de ativos, são registrados no montante do compromisso assumido, ajustado a valor presente, em contrapartida a um ativo de direito de uso, amortizado ou depreciado durante o período de vigência do contrato. O passivo assumido é descontado pela taxa de juros de empréstimo incremental do grupo correspondente ao CDI futuro mais Spread de juros (no intervalo de 1,15% a 1,3% a.a) que na opinião da Companhia, é a sua melhor representatividade econômica, cujas premissas são revisadas pelo menos anualmente, sendo esses montantes contabilizados no resultado financeiro.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R\$ 20 mil.

Apuração do resultado: a Receita de repasses financeiros com estipulação de contratos (corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativa aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente pelas controladas Qualicorp Benefícios e Qualicorp Administração e Serviços Ltda., é reconhecida como redutora dos Custos dos Serviços Prestados na linha “Repasses financeiros contratos de adesão;

Intangível: os custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados. Dessa forma, os gastos variáveis com comissões de terceiros, inclusive com corretores internos, são capitalizados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em nossa carteira; e

Provisão para devedores duvidosos: O Grupo Qualicorp, nas operações em que assume o risco de crédito, mensura e reconhece as perdas de crédito esperadas, calculadas através do percentual de inadimplência identificado em Nota Técnica atuarial sobre os respectivos faturamentos. Esse estudo

atuarial é reavaliado anualmente a menos que ocorra uma alteração significativa no mix de operadoras/clientes ou uma alteração significativa dos prazos de cancelamentos dos clientes por débito. Os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento. A Administração entende que a provisão para devedores duvidosos calculadas nos moldes descritos acima está em pleno atendimento às correspondentes práticas adotadas no Brasil e as IFRS.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com a adoção de forma prospectiva em 2019 do IFRS 16 (Arrendamentos – CPC 06 R2), tivemos os impactos conjuntos de R\$ 65.283 milhões no balanço patrimonial consolidado, para abertura de saldo contábil em 1º janeiro de 2019:

Balanço patrimonial	Divulgado		Adoção Normas
	31/12/2018	IFRS 16	
Ativo circulante	981.666	(528)	981.138
Outros ativos (*)	299.774	(528)	299.246
Outros ativos circulantes	681.892		681.892
Ativo não circulante	2.567.647	65.811	2.633.458
Imobilizado	54.508	66.177	120.685
Impostos diferidos	84.346	1.351	85.697
Outros ativos (*)	23.163	(1.717)	21.446
Outros ativos não circulantes	2.405.630		2.405.630
Total do ativo	3.549.313	65.283	3.614.596
Passivo circulante	1.047.885	18.605	1.066.490
Arrendamentos	-	20.118	20.118
Débitos Diversos	75.180	(1.513)	73.667
Outros Passivos Circulantes	972.705		972.705
Passivo não circulante	146.935	46.624	193.559
Arrendamentos	-	44.868	44.868
Impostos Diferidos	70.568	1.756	72.324
Outros Passivos Não Circulantes	76.367		76.367
Patrimônio líquido	2.354.493	54	2.354.547
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.549.313	65.283	3.614.596

IFRIC23 - A interpretação descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e

- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.
- Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda;
- Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

Não foram identificados temas que pudessem gerar ajustes nas demonstrações financeiras decorrentes da aplicação do IFRIC23/ICPC22.

Com a adoção de forma prospectiva em 2018 do IFRS 9 (Instrumentos Financeiros – CPC 48) e IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes – CPC 47) tivemos os impactos conjuntos de R\$ 45.02 milhões em nossas demonstrações financeiras para abertura de saldo contábil em 1º janeiro de 2018:

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Balço patrimonial	1º de Janeiro de 2018 – R\$ milhões			
	Divulgado 31/12/2017	IFRS 9	IFRS 15	Após Adoção IFRS 9 e 15
Ativo circulante	1.034	(4.8)	-	1.029
Credito a receber de clientes	217	(4.8)	-	212
Outros ativos circulantes	816	-	-	816
Ativo não circulante	2.497	1.6	48	2.547
Outros ativos intangíveis	635	-	73	708
Impostos diferidos	155	1.6	(24)	132
Outros ativos não circulante	1.706	-	-	1.706
Total do ativo	3.531	(3.2)	48	3.576
Passivo circulante	407	-	-	407
Passivo não circulante	756	-	-	756
Patrimônio líquido	2.366	(3.2)	48	2.411
Total do passivo e patrimônio líquido	3.531	(3.2)	48	3.576

Os pareceres dos auditores independentes, emitidos para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não contêm ênfases ou ressalvas.

Item 10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. As informações constantes nesta seção 10.5 têm como base nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

A elaboração das demonstrações financeiras requer, por parte dos nossos Diretores, a utilização de estimativas e premissas que, no seu melhor julgamento, afetam os montantes apresentados quanto a certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, como, por exemplo, a determinação das provisões necessárias para provisões para riscos e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, a preparação de projeções e análises sobre o valor recuperável dos ágios, ativos intangíveis de vida útil determinada e a realização do saldo de imposto de renda diferido ativo e passivo, entre outras. Os valores adotados por estimativas ou a partir de premissas podem diferir dos valores reais apurados futuramente.

Na aplicação das práticas contábeis descritas nas notas explicativas das demonstrações financeiras do Grupo Qualicorp, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração do Grupo Qualicorp e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

O Grupo Qualicorp adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis

e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis, a Administração da Companhia adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna, e não são mantidos para vencimento e outros fins.

ii) Aplicações financeiras

Inclui fundo de investimento multimercado exclusivo de crédito privado e fundos dedicados à ANS como ativo garantidor.

Conforme política interna, as aplicações financeiras estão concentradas em operações de menor risco, sendo principalmente renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado, certificado de depósito interbancário – CDI e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%.

iii) Créditos a receber de clientes, prêmios a repassar, repasses financeiros a pagar e antecipações a repassar

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais as estipulantes são as controladas Qualicorp Benefícios e Clube de Saúde), o Grupo Qualicorp efetua as operações de cobrança dos beneficiários e as repassa às operadoras e seguradoras de saúde, através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que transferem o risco de crédito dos beneficiários para o Grupo Qualicorp), com exceção dos casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde. Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas na rubrica do ativo “Créditos a receber de clientes”, em contrapartida das rubricas “Prêmios a repassar” (valores devidos às operadoras e seguradoras) e “Repasses financeiros a pagar” (valores devidos às entidades) e às contas de resultado relativas à taxa de administração e repasses financeiros.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo na rubrica “Antecipações a repassar”.

O Grupo Qualicorp desenvolve atividades relacionadas com corretagem e intermediação de benefícios coletivos por adesão e empresariais; adicionalmente, atua nesse segmento como prestadora de serviços especializados na área consultiva, auxiliando na gestão dos benefícios contratados pelos seus clientes, bem como atua no desenvolvimento e na distribuição de seguros massificados, como seguro de vida, capitalização, seguro residencial, de proteção financeira, garantia estendida e renda garantida.

iv) Provisão para devedores duvidosos

O Grupo Qualicorp nas operações em que assume o risco de crédito utilizou a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar e reconhecer as perdas de crédito esperadas, calculadas através do percentual de inadimplência identificado em Nota Técnica atuarial sobre os respectivos faturamentos. Esse estudo atuarial é reavaliado anualmente a menos que ocorra uma alteração significativa no mix de operadoras/clientes ou uma alteração significativa dos prazos de cancelamentos dos clientes por débito.

Os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

A Administração entende que a provisão para devedores duvidosos calculadas nos moldes descritos acima está em pleno atendimento às correspondentes práticas adotadas no Brasil, as IFRS e resoluções da ANS.

v) Demonstrações financeiras consolidadas e combinação de negócios e investimentos em controladas

Demonstrações financeiras consolidadas

Todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle de forma direta ou indireta são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Adicionalmente, a Companhia possuía até setembro de 2017, possuía participação de acionistas não controladores nas controladas indiretas Aliança Administradora e GA Corretora. Essa participação foi extinta após exercício da opção de compra de ações através das controladas

diretas Qualicorp Benefícios e Qualicorp Corretora. Atualmente, a Companhia não possui participações não controladoras.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo Qualicorp são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

vi) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e eventuais valores residuais, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros, que são amortizadas de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual excede o valor recuperável.

vii) Intangível

Representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes na aquisição de investimentos de controladas (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridos de terceiros; (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, adquiridos de

terceiros; e (v) custos diretamente relacionados à aquisição de novos contratos devem ser capitalizados (comissões).

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

O CPC 04 (R1) no tópico que trata de aquisição separada define que a entidade paga para adquirir separadamente um ativo intangível que reflete sua expectativa sobre a probabilidade de os benefícios econômicos futuros esperados, incorporados no ativo e gerados a seu favor. A Companhia controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios que advém de direitos legais que possam ser exercidos num tribunal. Esta condição de probabilidade a que se refere a obtenção de benefícios econômicos futuros é sempre considerada atendida para ativos intangíveis adquiridos separadamente. Além disso, o custo de ativo intangível adquirido em separado pode normalmente ser mensurado com confiabilidade, sobretudo quando o valor é pago em dinheiro. O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui: seu preço de compra, acrescido de impostos não recuperáveis

(*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica “Investimentos em controladas”, líquidos das amortizações e baixas.

viii) Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e intangível

Imobilizado e ativos intangíveis de vida útil definida

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, o Grupo Qualicorp revisa o valor contábil líquido de seus ativos imobilizados e intangíveis para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (“impairment”). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da eventual perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente, pela taxa de desconto e que reflita a avaliação atual de mercado para a perda do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto em caso de ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ágio

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Adicionalmente, temos ágios alocados em duas unidades geradoras de caixa a saber: Segmento Afinidades e Segmento Saúde que são avaliados para fins de *impairment* anualmente.

ix) Custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias, exclusivamente, à consecução de captações de recursos próprios são contabilizados diretamente em rubrica do patrimônio líquido, a débito de capital - “Gastos na emissão de ações”.

x) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A controlada direta Gama Saúde reconhece provisões técnicas de operações de assistência à saúde nas suas demonstrações financeiras, tendo como orientação reconhecer como provisão o valor integral informado pelo prestador ou beneficiário, determinada com base nos avisos que relatam a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até a data das demonstrações financeiras.

xj) Operações de arrendamento mercantil

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados, nos quais o grupo, como arrendatário, detinha, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, eram classificados como arrendamentos financeiros. Esses eram capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A partir de 1 de janeiro de 2019, o Grupo Qualicorp passou a registrar os contratos de arrendamento no montante do compromisso assumido, ajustado a valor presente, em contrapartida a um ativo de direito de uso, amortizado ou depreciado durante o período de vigência do contrato. O passivo assumido é descontado pela taxa de juros de empréstimo incremental CDI + Spread (no intervalo de 1,15% a 1,30% a.a.) que na opinião da Companhia, é a sua melhor representatividade econômica, cujas premissas serão revisadas pelo menos anualmente, sendo esses montantes contabilizados no resultado financeiro.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R\$ 20.

xii) Debêntures

Representadas por recursos captados através da emissão de debêntures, que são demonstrados pelo valor atualizado dos encargos financeiros, calculados com base nas taxas de juros acrescidas dos custos de transação.

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias, exclusivamente, à consecução de captações de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida - debêntures são contabilizados a débito de debêntures e amortizados no resultado, no prazo da operação.

xiii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos é gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais.

O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças

temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

xiv) Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de apólices de seguros, de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

- a) Receita de agenciamento: corresponde à remuneração única sobre o montante das novas vendas efetuadas, que é paga diretamente pelas seguradoras e operadoras, inclui, ainda, a taxa de cadastramento paga pelo beneficiário à controlada Qualicorp Corretora (incorporada – as atividades foram assumidas pela Companhia) no momento da sua adesão ao respectivo plano (receita oriunda dos contratos coletivos por adesão) quando efetuada a venda pela própria equipe da Companhia ou corretores terceiros.
- b) Receita de corretagem: corresponde à corretagem sobre as operações de vendas de seguros e planos de saúde e odontológicos (Qualicorp Corretora – incorporada – as atividades foram assumidas pela Companhia) e distribuição de seguros massificados através dos canais de varejo, tais como seguro de vida, capitalização, seguro residencial, garantia estendida e seguro de proteção financeira, as quais são apropriadas mensalmente.
- c) Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos de saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão, efetuados pelas controladas Qualicorp Benefícios e Clube de Saúde, bem como à remuneração mensal da atividade de estipulação dos ramos de seguro de vida, acidentes pessoais e previdência privada, efetuados pela Qualicorp Administração e Serviços Ltda.

As receitas da controlada Gama Saúde também são reconhecidas nessa rubrica. Essas receitas são decorrentes dos prêmios ganhos, sendo reconhecidas, considerando o período

de cobertura do risco, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, na data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, quando a receita pode ser mensurada com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as empresas. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de planos médico-hospitalares.

- d) Receita de consultoria em gestão de benefícios e na prevenção de saúde: corresponde à remuneração mensal de serviços de consultoria prestados aos clientes corporativos pela controlada Qualicorp Corretora (incorporada – as atividades foram assumidas pela Companhia).
- e) Receitas de sistemas de conectividade: correspondem à remuneração mensal dos serviços de sistemas de conectividade prestados a clientes corporativos pela controlada Connectmed-CRC.

xv) Regime de tributação

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.

xvi) Provisão para riscos

As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórias são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos do Grupo, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e a saída de recursos para a liquidação das obrigações são prováveis e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e/ou a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

xvii) Participações sobre o lucro e opções de compra de ações e ações restritas

As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia e suas controladas são classificadas como custo ou

despesa operacional. A Companhia e suas controladas, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em despesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos estimados de opções de compras de ações outorgadas e ações restritas outorgadas relativos aos contratos de pagamento baseados em ações existentes (nota explicativa nº 22). A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta “Reserva de capital - opções outorgadas de ações”.

a) Plano de Outorga de compra de ações:

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia e suas controladas sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício social, a Companhia e suas controladas revisam suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva” que registrou o benefício aos empregados.

b) Plano de ações restritas:

O valor justo do Plano de outorga de compra de ações restritas é reconhecido “pro rata temporis” com correspondente ajuste no Patrimônio Líquido. O valor é devido aos participantes anualmente, na devida proporção, na data de cada aniversário de celebração do contrato; O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações da Companhia, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria de sua controladora. O prazo máximo para o exercício das ações de compra das ações outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. As ações poderão ser entregues como parte do pagamento da participação dos resultados e lucros de sua controladora e o preço de exercício das opções de ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga.

xviii) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no final do exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações com potencial efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na



emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

xix) Contabilização dos dividendos

A proposta de distribuição de dividendos realizada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social do Grupo.

Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada no patrimônio líquido na rubrica "Dividendo adicional proposto".

xx) Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretor-Presidente da Companhia e de suas controladas. A gestão dos recursos é efetuada da seguinte forma: Afinidades, Empresarial e Saúde sendo que os dois últimos não representam 10% atribuíveis de negócios no resultado da controladora.

Item 10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.6 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Item não aplicável, haja vista que não havia arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos que não apareciam no balanço patrimonial da Companhia nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía compromissos para prestação de serviços de “call center”, firmados por meio da celebração de contratos, tendo incorrido nesse exercício social, despesas de R\$40,6 milhões com esses contratos.

Os contratos são reajustados anualmente, sendo 70% dos preços reajustados com base no percentual de aumento salarial (de acordo com a categoria) e 30% reajustados com base no IGP-M.

É possível haver rescisão imotivada dos referidos contratos, desde que a parte interessada comunique a outra, com 60 dias de antecedência do evento.

Em 28 de dezembro de 2017, foi firmado contrato de prestação de serviços para implantação do ERP SAP S/4 Hana Hec, o qual tem duração de 5 anos. Este contrato possui carência de 14 meses, sendo que a Companhia passou a efetuar pagamentos de acordo com referido instrumento em abril 2019.

As despesas incorridas com esse contrato no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 2,9 milhões.

iii. contratos de construção não terminada

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía contratos de construção não terminada.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Além dos itens indicados na alínea a acima, não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Item 10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.7 foram extraídos das informações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Com a adoção da Norma IFRS 16 – CPC 06 (R2), a partir de 1º de janeiro de 2019, a contabilização da parcela fixa de aluguéis classificados como arrendamento passaram a ser reconhecidos como compromissos assumidos, em contrapartida aos ativos referentes ao seu direito de uso com seus reflexos como despesas com depreciação e despesas financeiras.

No item 10.6, ainda, são citados compromissos futuros para prestação de serviços de “call center”, os quais não são reconhecidos nos ativos e passivos da Companhia. Devido ao regime de competência, esses compromissos serão reconhecidos no resultado e balanço, na proporção em que as obrigações se tornarem exigíveis no respectivo exercício social.

Adicionalmente, é citado contrato de prestação de serviços para implementação do ERP SAP S/4 Hana Hec, que entrou em produção em 2 de janeiro de 2019. Esse contrato teve carência de 14 meses, sendo que a Companhia começou a efetuar pagamentos no âmbito desse instrumento em abril de 2019.

b. natureza e o propósito da operação

Para o exercício social findo em 2019, a Diretoria entende que não há ativos e passivos de arrendamento que não estejam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista que a Companhia utilizou o método retrospectivo com efeito cumulativo via abordagem simplificada, utilizando o saldo de pagamentos remanescentes.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Os pagamentos mínimos previstos nos contratos são:



<i>(Em R\$ Milhões)</i>	2020	2021	2022
Compromissos futuros (<i>Call Center</i>)	43,3	43,3	43,3
Contrato de implementação de ERP	3,9	3,9	3,9

Para uma descrição sobre a natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação e propósito de cada operação, vide item “10.6” deste Formulário de Referência.

Item 10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.8 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Estamos em fase de desenvolvimento e implementação de softwares nomeados de “software em desenvolvimento” tanto na parte de *BackOffice* de prestação de serviços (faturamento, cobrança, gestão e melhoria no atendimento e experiência do cliente, etc.), quanto no *front-end* do relacionamento com as Associações Profissionais, Entidades de Classe, Corporações e Beneficiários, conforme descrito no item 7.5 deste Formulário de Referência. O investimento total no desenvolvimento e implantação de referido software operacional em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 28,6 milhões (R\$47,2 milhões em 2018 e R\$35,2 milhões em 2017).

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Financiamos por meio de nosso fluxo de caixa operacional: (i) o componente recorrente de nossos investimentos de capital; (ii) nossos projetos de desenvolvimento de softwares; e (iii) algumas de nossas aquisições.

Além do fluxo de caixa operacional, nossas aquisições também são financiadas por:

- (i) financiamento dos vendedores; e
- (ii) outros financiamentos disponíveis no mercado financeiro e de capitais, tais como as debêntures descritas na seção 10.1 “f”.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não realizamos quaisquer desinvestimentos de capital desde 1º de julho de 2010, data em que nos tornamos operacionais.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

No quarto trimestre de 2019, adquirimos carteira de aproximadamente 6 mil vidas de entidade de classe conforme descrito nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, além de 35 mil vidas da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. ("Uniconsult"), que também atua na comercialização de produtos coletivos por adesão, com atuação em todo o território nacional, que passaram a ser administradas pela Companhia em 04 de dezembro de 2019. A aquisição foi concluída em fevereiro de 2020.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Atualmente, não possuímos pesquisa em andamento que já tenha sido divulgada. Não obstante, nossa Administração estuda constantemente oportunidades de desenvolver novos produtos e serviços, bem como explorar novos mercados afetos ao nosso objeto social.

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Atualmente, não possuímos pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços que já tenha sido divulgada.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Administração, ao longo do exercício social de 2018, desenvolveu o projeto abaixo divulgado, com intuito de explorar oportunidades em novos mercados afetos ao nosso objeto social:

Constituímos a controlada Q Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. ("QSaúde") com o objetivo de (i) a comercialização, planejamento, gerenciamento, organização de planos de saúde privados de todas as modalidades, por meio da garantia da cobertura de custos de assistência do mercado envolvido em todos os meios (ambulatorial, hospitalar, médica e laboratorial) de seus integrantes através de gestão no credenciamento e consultoria técnica para o exercício da atividade técnica (ii) a participação como sócia, acionista e quotista em outras sociedades que desempenhem funções relacionadas ao seu objeto.

Em 31 de dezembro de 2018, o registro obrigatório da Q Saúde junto a ANS estava sendo analisado, estando a sociedade, ainda, pré-operacional.

A empresa obteve seu registro obrigatório junto a ANS em 20 de março de 2019, sob nº 42.166-9 na modalidade medicina de grupo que tem por objetivo a comercialização, planejamento, gerenciamento, organização e operação de planos de saúde privados de assistência à saúde em todas as modalidades previstas pela legislação brasileira pertinente, por meio da garantia da cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial dos integrantes dos referidos planos privados de saúde por ela disponibilizados, mediante, o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados, para o exercício de atividade na área da saúde.

Em 28 de agosto de 2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), como órgão que garante a assistência suplementar a saúde, concedeu Autorização de Funcionamento à QSaúde, após ter sido concluída, pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras – DIOPE e pela Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO, a análise de seus processos de Autorização de Funcionamento, relativa à Resolução Normativa – RN nº 85 de 7 de dezembro de 2004, e suas posteriores alterações.

Entretanto, em 13 de janeiro de 2020 a Administração da Companhia aprovou a contratação de operação referente potencial transação de alienação de todas as atividades, ativos e passivos de sua controlada QSaúde para o Sr. José Seripieri (100% das cotas) pelo preço correspondente ao valor integral corrigido pelo CDI dos custos, despesas e dispêndios incorridos até a data de 31 de dezembro de 2019 para o custeio das atividades da QSaúde no valor de R\$ 51 milhões como parte do plano de iniciar suas operações.

Mantida a obrigação de não competição para as atividades de administradora de benefícios, corretora de seguros e demais atividades desempenhadas pela Companhia, convém destacar que (i) houve alteração na obrigação de não competição e aliciamento prevista no Contrato de Assunção de Obrigação de Não Alienação de Ações e Não Competição de Negócios celebrado entre a Companhia e o Sr. José Seripieri em 28 de setembro de 2018, afim de permitir que o mesmo possa atuar de forma parcial e restrita na área de operação de planos privados de assistência à saúde, e (ii) foi celebrado entre a Companhia e sua controlada Qualicorp Administradora de Benefícios S.A junto a QSaúde, contrato de parceria comercial outorgando à Companhia e sua controlada o direito de comercialização de planos privados de assistência à saúde coletivos por adesão e empresarial por adesão, ambos na modalidade de pré-pagamento, em condições que sejam no mínimo iguais à melhor condição de preço ofertada pela QSaúde a outras administradoras de benefícios.

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Atualmente, não estamos desenvolvendo nenhum produto ou serviço novo que já tenha sido divulgado.



Item 10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

As avaliações e opiniões constantes nesta seção 10 traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção foram extraídos das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

7. ANEXO B: ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09)

12.5/6 Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal:

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Nº de Mandatos Consecutivos	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Participação nas reuniões (%)	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Membro independente					
Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho	01/09/1965	Pertence apenas à Diretoria	06/05/2020	5	Até a RCA subsequente à AGO de 2021
387.797.575-53	Economista	12 – Diretor de Relação com Investidores	06/05/2020	0%	Não
Ocupa função de Diretora Financeira					
Não					
Bruno Ferreira Blatt	03/11/1977	Pertence apenas à Diretoria	06/05/2020	1	Até a RCA subsequente à AGO de 2021
078.894.157-70	Desenhista Industrial	10 – Diretor Presidente / Superintendente	06/05/2020	0%	Não
Não ocupa outros Cargos					
Não					
Heráclito de Brito Gomes	10/10/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2020	1	Até a AGO de 2021
226.814.505-00	Médico	24 – Presidente do Conselho de Administração Independente	30/04/2020	100%	Não
Membro do Comitê de Remuneração					
Sim					
Wilson Olivieri	07/06/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2020	4	Até a AGO de 2021
011.641.168-60	Administrador de empresas	27 – Conselho de Adm.	30/04/2020	100%	Não

Independente
(Efetivo)

Membro do Comitê de Governança Corporativa e Coordenador do Comitê de Auditoria

Sim

Murilo Ramos Neto	05/05/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	0	Até a AGO de 2021
086.742.787-60	Economista		30/04/2020	0%	Não

Membro do Comitê de Governança Corporativa

Sim

Otávio de Garcia Lazcano	09/06/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	1	Até a AGO de 2021
011.641.168-60	Economista		30/04/2020	100%	Não

Membro do Comitê de Auditoria

Sim

Roberto Martins de Souza	07/06/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	0	Até a AGO de 2021
828.893.507-97	Engenheiro		30/04/2020	0%	Não

Membro do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Governança Corporativa

Sim

Arthur Farme de D'Amoed Neto	19/06/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	0	Até a AGO de 2021
433.574.747-00	Administrador de empresas		30/04/2020	0%	Não

Não ocupa outros Cargos

Sim

Fabian Rocha	01/07/1975	Pertence apenas à Diretoria	06/05/2020	1	Até a RCA subsequente à AGO de 2021
116.844.158-70	Advogado	19 – Outros Diretores	06/05/2020	0%	Não

Não ocupa outros Cargos

Não

Eduardo Rogatto Luque	03/07/1969	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	30/04/2020	1	Até a AGO de 2021
142.773.658-84	Contador	45 – Conselho Fiscal (Efetivo)	30/04/2020	100%	Não

Não ocupa outros Cargos

Jacqueline Ribeiro	09/02/1967	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	30/04/2020	1	Até a AGO de 2021
926.361.447-49	Contadora	48 – Conselho Fiscal (Suplente)	30/04/2020	0%	Não

Não ocupa outros Cargos

Flavio Stamm	05/12/1962	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	30/04/2020	1	Até a AGO de 2021
048.241.708-00	Administrador de Empresas	45 – Conselho Fiscal (Efetivo)	30/04/2020	100%	Não

Não ocupa outros Cargos

Gilberto Lerio	26/08/1950	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	30/04/2020	1	Até a AGO de 2021
269.714.378-53	Contador	48 – Conselho Fiscal (Suplente)	30/04/2020	0%	Não

Não ocupa outros Cargos

José Ronaldo Vilela Rezende	07/06/1962	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	30/04/2020	1	Até a AGO de 2021
501/889/846-15	Empresário	45 – Conselho Fiscal (Efetivo)	30/04/2020	100%	Não

Não ocupa outros Cargos

Jorge Sawaya Junior	12/02/1954	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	30/04/2020	1	Até a AGO de 2021
001.051.748-07	Contador	48 – Conselho Fiscal (Suplente)	30/04/2020	0%	Não

Não ocupa outros Cargos

Mauro Teixeira Sampaio	16/05/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2020	1	Até a AGO de 2021
------------------------	------------	--	------------	---	-------------------



021.913.227-51	Advogado	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	100%	Não
Coordenador do Comitê de Remuneração					
Sim					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho - 387.797.575-53

Nascida em 1965, graduada em Ciências Econômicas pela Faculdade Católica de Salvador e Master Business Administration (MBA) pelo IBMEC – São Paulo. Desenvolveu sua carreira profissional na Price Waterhouse do Brasil e Portugal (sociedade do setor de consultoria) durante o período de 1986 a 1994, bem como atuou na OPP Petroquímica / Braskem (sociedade do setor de indústria química), empresa do Grupo Odebrecht (sociedade do setor de engenharia e infraestrutura) no período de 1996 a 1998 na área de USGAAP. De 1998 a 2005 atuou na Controladoria da Companhia de Bebidas das Américas AmBev (integra o grupo econômico do emissor ou é controlada por acionista do emissor). No período de 2005 a junho de 2008, foi Controller da Kimberly Clark Brazil (do setor de indústria de limpeza e higienização). De julho de 2008 a Setembro de 2012 assumiu os cargos de Diretora Financeira e de Relações com Investidores e posteriormente Diretora Geral Brasil da T4F Entretenimento S.A. (sociedade do setor de entretenimento e organização de eventos e que não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia). Desde novembro de 2012 ocupa a posição de Diretora Geral do UFC – Brasil (sociedade do setor de entretenimento e organização de eventos de lutas marciais e que não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia). Ingressou na Companhia em 2014 e, atualmente é nossa Diretora de Relação com Investidores, ocupando também os cargos de Diretora Financeira e Diretora de Recursos Humanos.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial/administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, a Sra. Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho não se considera uma pessoa exposta politicamente.

Bruno Ferreira Blatt - 078.894.157-70

Nascido em 1977, o desenhista industrial Sr. Bruno Blatt atuou como Life planner na Prudential Bradesco Seguros S.A., em 2000, como consultor financeiro pela Money Mutual of New York em 2002. Fundou a Athon-Brüder, Companhia especializada em gestão de saúde, onde permaneceu de 2005 a 2009. Entre 2009 e 2013 foi Diretor do segmento Empresarial da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A., fundador da consultoria JTO Consultoria em 2014 e de 2015 a 2019, CEO da Rede D'or Consultoria, uma divisão da Rede D'Or, focada na venda de planos de saúde corporativos e serviços de consultoria para gerenciamento de saúde corporativo, particularmente relacionados ao controle da taxa de perdas médicas. Atualmente é nosso Diretor Presidente (CEO).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Bruno Ferreira Blatt não se considera uma pessoa exposta politicamente.



Heráclito de Brito Gomes - 226.814.505-00

Heráclito de Brito Gomes Júnior é o presidente do Conselho de Administração da Companhia. Médico formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em saúde ocupacional pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e pós-graduado no Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD). Atualmente, é CEO da Rede D'Or São Luiz, empresa que gerencia rede de hospitais, cargo que ocupa desde 2013. Além disso, foi membro de diversos conselhos de instituições do mercado de saúde. Foi presidente da Qualicorp entre março de 2010 e novembro de 2012, período em que liderou o IPO da Companhia. Foi CEO da Bradesco Saúde, empresas de planos e previdência, em 2005 e também ocupou cargos de liderança na Golden Cross, operadora de saúde, e Towers Perrin, empresa especializada em consultoria de recursos humanos e serviços financeiros. Também foi membro do Conselho da Fleury Medicina e Saúde empresa de diagnósticos, Orizon, uma empresa de inteligência médica e analítica, Europe Assistance, empresa de serviços de assistência, e do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS). Foi, ainda, presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Heráclito não se considera uma pessoa exposta politicamente.

Otávio de Garcia Lazcano - 002.035.707-90

Otávio de Garcia Lazcano é um dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Economista formado pela Faculdades Integradas Cândido Mendes, tem MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral. Foi CFO na Companhia Siderúrgica Nacional de 2001 até 2009 e CEO da LLX SA (atual Prumo Logística), empresa do ramo de logística, de 2009 até 2013, quando se juntou ao Merchant Bank do BTG Pactual, área da instituição financeira com foco em gestão de empresas, como sócio responsável pelo Portfólio Management. Atualmente é vice-presidente financeiro da Rede D'Or São Luiz, empresa que gerencia rede de hospitais.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Otávio não se considera uma pessoa exposta politicamente.

Wilson Olivieri - 011.641.168-60

O Sr. Olivieri é administrador de empresas formado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, com especialização em finanças pela New York University e Fundação Getúlio Vargas – FGV. Foi Diretor Financeiro e Administrativo das empresas Fidelity BPO e Fidelity Processadora de Cartões em 2005 a 2009, bem como atuou na área financeira e operacional da Medial Saúde S.A. em 2001 a 2004, EBX Brasil S.A. (companhia aberta) em 2000, Pagenet de 1996 a 2000, PepsiCo (Elma Chips e Pizza Hut) de 1989 a 1995 e Philip Morris de 1982 a 1988, dentre outras. De 2009 a 2015 foi nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Atualmente o Sr. Olivieri é membro do nosso Conselho de Administração, Presidente do Comitê de Auditoria e do Comitê de Governança Corporativa.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial/ administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Wilson Olivieri não se considera uma pessoa exposta politicamente. O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aplicável para a Companhia no momento da eleição do membro.

Murilo Ramos Neto - 086.742.787-60



Murilo Ramos Neto é sócio da Pacífico Administração de Recursos desde 2014. Possui mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro local e internacional. Foi por 7 anos sócio responsável pela operação da Serficom Family Office no Brasil e membro do comitê executivo global do CM-CIC Private Banking. (2008 -2014). Entre 1996 e 2005 trabalhou como operador de renda fixa no Banco Pebb S.A. e na Pebb Corretora de Valores Ltda. Foi membro do comitê executivo da SMC Private Banking entre 2008 e 2014. Estudou Economia pelo Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais (IBMEC).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial/administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Murilo Ramos Neto não se considera uma pessoa exposta politicamente.

O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aplicável para a Companhia no momento da eleição do membro.

Roberto Martins de Souza - 828.893.507-97

Roberto Martins de Souza é sócio fundador da Mandatto Family Office, Diretor de Risco e membro do seu Comitê Executivo, também é sócio da Távola Asset Management e controlador da rede de Pet Shops Bicho Bacana. Antes de fundar a Mandatto, foi integrante do Comitê Executivo da Fides Asset e sócio do BTG Pactual atuando na área de Private Equity, além de Conselheiro Fiscal da Lojas Americanas (2010 a 2011). Foi membro do Conselho de Administração da B2W (2007 a 2009), FAI (2005 a 2009), Rede D'OR (membro supletivo), Brasbunker (2011 a 2012) e Presidente do Conselho de Administração da Leader Magazine (2012 a 2014). Foi executivo das Lojas Americanas por mais de 20 anos, sendo CFO por 12 anos. Roberto é formado em Engenharia de Produção pela URFJ com MBA na COPPEAD.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial/administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Roberto Martins de Souza não se considera uma pessoa exposta politicamente.

O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aplicável para a Companhia no momento da eleição do membro.

Arthur Farne de D'Amoed Neto - 433.574.747-00

Arthur Farne de D'Amoed Neto foi Vice-Presidente de Finanças da Sul América (CFO e RI), atuando em diversas áreas financeiras no período de 1992 a 2017. Foi membro do Conselho de Administração do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), e diretor regional para a área do Rio de Janeiro de 2012 a 2013, em dois mandatos consecutivos. É membro do Comitê Financeiro da Brasil Saúde Companhia de Seguros, uma subsidiária joint venture da Sul América e Banco do Brasil. Arthur é Formado em Engenharia Civil pela Politécnica da UFRJ, Extensão em Finanças pela COPPEAD/UFRJ, Direito Societário e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Governança Corporativa pelo IBMEC.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial/administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Arthur Farne de D'Amoed Neto não se considera uma pessoa exposta politicamente.

O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aplicável para a Companhia no momento da eleição do membro.



Mauro Teixeira Sampaio - 021.913.227-51

Mauro Teixeira Sampaio é um dos membros do Conselho de Administração da Companhia. É formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou, entre 2002 e 2003, no Departamento de Mergers & Acquisitions (M&A) de Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom, LLP, escritório de advocacia internacional, em Nova York. Foi consultor na Boris Lerner & Consultores Associados, empresa de serviços contábeis, e no Departamento Tributário de Arthur Andersen, empresa de contabilidade. Trabalhou como sócio sênior do Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados, escritório de advocacia, onde ingressou em 1997 e se tornou sócio em 2005 até 2014, com atuação em M&A em vários setores da economia, incluindo saúde. Atualmente, é vice-presidente Jurídico, Compliance, M&A e Recursos Humanos da Rede D'Or São Luiz, empresa que gerencia rede de hospitais.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Mauro não se considera uma pessoa exposta politicamente.

Fabian Rocha – 116.844.158-70

O Sr. Fabian Rocha é graduado em direito pela Universidade Paulista (1999), sendo especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário - EBDT (2000) e em Direito dos Contratos pela Escola de Direito do Instituto Internacional de Ciências Sociais - IICS (2012). Atuou na área tributária como consultor tributário na Thomson/IOB até 2004, ano em que passou a integrar nosso quadro de funcionários. Atuou como Gerente Jurídico entre agosto de 2011 e setembro de 2013, e como Superintendente Jurídico de outubro de 2013 a 2018, sendo responsável pela coordenação e supervisão das práticas Societária e M&A, Assuntos Corporativos, Contratos, Regulatório e Cível, sendo também responsável pela gestão das equipes jurídicas relacionadas a tais práticas, bem como pelo assessoramento à Diretoria da Companhia em questões legais, administrativas e judiciais. Desde julho de 2018 ocupa o cargo de Diretor Jurídico e membro do Comitê de Ética e *Compliance* da Companhia.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial/administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, O Sr. Fabian Rocha não se considera uma pessoa exposta politicamente.

Eduardo Rogatto Luque – 142.773658-84

O Sr. Eduardo Rogatto Luque é graduado em Contabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Master Business Administration (MBA) em Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP) e graduado no Programa APG Sênior dirigido a líderes em cargos de diretoria pela Amana-Key – São Paulo. Contador Público Brasileiro com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Contador Público Certificado (CPA) pelo Estado da Califórnia, EUA. Desenvolveu sua carreira profissional na Price Waterhouse do Brasil (sociedade do setor de consultoria) durante o período de 1989 a 2016, inclusive 13 anos como sócio, durante o período de 2004 a 2016. Desde agosto de 2016 é líder das áreas de Qualidade e Comitê Técnico da Irko Organização Contábil Ltda. (sociedade do setor de consultoria e contabilidade). É membro efetivo dos Conselhos Fiscais da Fundação Zerenner (Fundação Ambev) e da Itaúsa S.A. (assinatura do termo de posse em 10/05/2019). Sendo também membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Auditor qualificado com o Certificado Nacional de Auditores Independentes (CNAI) da CVM. Membro da Califórnia AICPA (CALAICPA). Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Membro dos Institutos Brasileiros de



Contabilidade (CRC e CFC). Diretor de Estratégia da ABRAPSA – Associação Brasileira dos Provedores de Serviços Administrativos.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial/administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Eduardo Rogatto Luque não se considera uma pessoa exposta politicamente.

Jacqueline Ribeiro – 926.361.447-49

A Sra. Jacqueline Ribeiro possui 33 anos de experiência na área Administrativo-Financeira em empresas multinacionais e nacionais, tendo atuado como gestor em planejamento financeiro, controladoria, fiscal, contas a pagar e receber, custos, recursos humanos e tesouraria. Possui sólida experiência na elaboração das Demonstrações Financeiras em IFRS e publicação de Balanços. Atuou entre 1986 e 1992 como Analista de Custos e Orçamentos na Enge-Rio, Engenharia e Consultoria S.A. (sociedade do setor de engenharia), entre 1992 e 1994 como Analista Contábil Sênior na Hiram Walker Brasil Ltda. (sociedade do setor de bebidas), entre 1994 e 1995 como Sub-Contadora da Turner International do Brasil Ltda. (sociedade do setor de mídia), entre 1995 e 1998 como Contadora da Allied Domecq Brasil Ltda. (sociedade do setor de bebidas), entre 1998 e 2006 como Gerente de Contabilidade e Fiscal da Reader's Digest Brasil Ltda. (sociedade do setor de notícias), entre 2006 e 2009 como Gerente de Contabilidade da Marine System do Brasil Ltda. (sociedade do setor de óleo e gás), entre 2009 e 2011 como Controller da LLX Minas Rio Comercial e Exportadora S.A. (sociedade do setor de logística), entre 2011 e 2013 como Controller da Duke Energy Geração Paranapanema S.A. (sociedade do setor de engenharia), entre 2013 e 2015 como Controller da ERB-Energias Renováveis S.A. (sociedade do setor de geração de energia), e a partir de 2015 como Diretora de Controladoria da Moinho Paulista S.A. (sociedade do setor de alimentos).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial/administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, a Sra. Jacqueline Ribeiro não se considera uma pessoa exposta politicamente.

Flavio Stamm – 048.241.708-00

O Sr. Flavio Stamm atua, desde 1992, em Conselhos de Administração e Fiscais e na prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas administrativa, financeira, societária, tributária e auditoria, sendo sócio da Stamm & Stamm Consultoria Empresarial Ltda e membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Desde março de 2007, é membro do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. (empresa do setor de telecomunicações). Também atua como Conselheiro Fiscal Titular na Companhia Industrial Cataguases (setor têxtil); Conselheiro Fiscal Suplente na Richard Saigh Indústria e Comércio S/A (setor alimentício); Conselheiro Fiscal Titular na Usina São Manoel S.A. (setor sucroalcooleiro); Conselheiro Fiscal Suplente na Raia Drogasil S.A. (setor de varejo farmacêutico). Foi Conselheiro Fiscal Titular e Suplente na Bombril S/A (setor de higiene e limpeza doméstica); Conselheiro Fiscal Titular da Sonopress Rimo Indústria e Comércio Fonográfica S.A.(setor fonográfico); Conselheiro Fiscal Titular da Tereos Internacional S.A. (setor sucroalcooleiro); Conselheiro Fiscal Titular e Suplente da Universo OnLine S.A. (setor de informática); Conselheiro Fiscal Titular da Aquarius Energética S.A. (setor energético); Conselheiro Fiscal Titular da Estância Sonora S.A. (setor sucroalcooleiro); Conselheiro Fiscal Titular da CASP S.A. (setor de agronegócio); Conselheiro Fiscal Titular da Rede Energia S.A. (setor energético); e Conselheiro Fiscal Titular da CEMAT S.A. (setor energético).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial/administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Flavio Stamm não se considera uma pessoa exposta politicamente.



Gilberto Lerio – 269.714.378-53

O Sr. Gilberto Lerio possui vasta experiência profissional nas áreas de Consultoria Tributária, Administrativa, Empresarial, Contabilidade e Auditoria e vários de Projetos de Governança Corporativa. É membro do IBRACON e do CRC-SP. Teve atuação durante vários anos como auditor e consultor, bem como em projetos de cisão e incorporação de empresas e acompanhamento dos investimentos/participações de acionistas brasileiros e estrangeiros. Também atuou como consultor nas áreas administrativa, fiscal e tributária. É membro suplente do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. (empresa de telecomunicações) desde 2007; membro do Conselho Regional de Contabilidade - SP, sócio da Lerio & Zacaner Auditores independentes (setor de auditoria) desde 2004, sócio da Revisora Paulista Contabilidade (setor de auditoria) desde 1975, membro do Conselho fiscal da Raia Drogasil S.A., setor de varejo farmacêutico, desde 2007 e Conselheiro de Administração da Plastifluor, setor de construção civil.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial/administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Gilberto Lerio não se considera uma pessoa exposta politicamente.

José Ronaldo Vilela Rezende – 501.889.846-15

O Sr. José Ronaldo Vilela Rezende é graduado em Ciências Contábeis pela UNA, Belo Horizonte, pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação Dom Cabral, Belo Horizonte, Mestrado Profissional (Stricto Sensu) em Agroenergia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Nos últimos 5 anos, ocupou os seguintes cargos nos períodos indicados das seguintes empresas/instituições: (i) sócio de gestão de riscos da prática de consultoria na PricewaterhouseCoopers Brasil de 2005 a 2011; (ii) líder da indústria de agribusiness da PricewaterhouseCoopers no Brasil (de 2006 a 2014) e nas Américas (de 2009 a 2014); e (iii) sócio responsável na PricewaterhouseCoopers Brasil por projetos de Risk Assurance Services (RAS) (serviços relacionados com auditoria de processos e sistemas) desde 1998 até abril de 2016. Membro do comitê de auditoria da Cerradinho Bioenergia S.A. desde setembro de 2016; do comitê de auditoria da Diagnósticos da América S.A. – DASA desde abril de 2017; do conselho fiscal da AMBEV S.A. (empresa do setor de bebidas) e conselheiro fiscal certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança – IBGC.

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial/administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. José Ronaldo Rezende não se considera uma pessoa exposta politicamente.

Jorge Sawaya Junior – 001.051.748-07

Graduado em Contabilidade e Economia e graduado no curso de Master Business Administration (MBA) pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou como diretor do grupo de “Deals” na Price Waterhouse do Brasil (sociedade do setor de consultoria) em São Paulo por 40 anos (entre 1977 e 2017), acumulando experiência nas áreas de “Assurance” e Fusões e Aquisições (M&A). Prestou serviços de “due diligence” financeira e operacional, estruturação contábil e fiscal, integração pós-fusões, dentre outros nos últimos 30 anos, tendo participado de mais de 1000 projetos. Adicionalmente, envolve-se em fusões e aquisições prestando serviços a clientes nacionais e internacionais, ambos compradores e vendedores estratégicos e financeiros no Brasil e no Exterior. Tais transações variam de \$10 milhões a mais de 1 bilhão em várias indústrias, tais como as de produtos de consumo, de varejo, laboratórios de análise, hospitais, ensino universitário, empresas de tecnologia e prestação de serviços em geral, entre outros. Foi membro da Associação Brasileira de Venture Capital (ABVCAP) e, atualmente, participa de encontros junto ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou judicial/administrativa, com decisão transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia.

Nos termos da regulamentação aplicável, o Sr. Jorge Sawaya Junior não se considera uma pessoa exposta politicamente.

12.7 / 8 - Composição dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Foi eleito pelo Controlador	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de Nascimento	Data posse	Nº Mandatos	Participação nas reuniões (%)
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações / Critérios de Independência				
Roberto Martins de Souza	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	06/05/2020	Não	1 ano
828.893.507-97			07/06/1962	06/05/2020	0	100%
Membro independente do conselho de administração (efetivo), Membro do Comitê de Governança Corporativa						
Otávio de Garcia Lazcano	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	06/05/2020	Não	1 ano
011.641.168-60			09/06/1969	06/05/2020	0	100%
Membro independente do conselho de administração (efetivo)						
Wilson Olivieri	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	06/05/2020	Não	1 ano
011.641.168-60			07/06/1958	06/05/2020	3	100%
Membro independente do conselho de administração (efetivo) e Membro do Comitê de Governança Corporativa						

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Foi eleito pelo Controlador	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de Nascimento	Data posse	Nº Mandatos	Participação nas reuniões (%)
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações / Critérios de Independência				
Heráclito de Brito Gomes 226.814.505-00	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Médico 16/05/1974	06/05/2020 06/05/2020	Não 1	1 ano 100%
Presidente do conselho de administração independente (efetivo)						
Mauro Teixeira Sampaio 021.913.227-51	Comitê de Remuneração	Coordenador do Comitê (Efetivo)	Advogado 16/05/1974	06/05/2020 06/05/2020	Não 1	1 ano 100%
Membro independente do Conselho de administração (efetivo)						
Rogério Paulo Calderón Peres 035.248.608-26	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador 02/02/1962	06/05/2020 06/05/2020	Não 1	1 ano 100%
Não						

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Foi eleito pelo Controlador	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de Nascimento	Data posse	Nº Mandatos	Participação nas reuniões (%)
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações / Critérios de Independência				
Roberto Martins de Souza	Comitê de Governança Corporativa	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	06/05/2020	Não	1 ano
828.893.507-97			07/06/1962	06/05/2020	1	100%
Membro independente do conselho de administração (efetivo), Membro do Comitê de Auditoria						
Murilo Ramos Neto	Comitê de Governança Corporativa	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	06/05/2020	Não	1 ano
086.742.787-60			05/05/1976	06/05/2020	0	100%
Membro independente do conselho de administração (efetivo)						
Wilson Olivieri	Comitê de Governança Corporativa	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	06/05/2020	Não	1 ano
011.641.168-60			07/06/1958	06/05/2020	0	100%
Membro independente do conselho de administração (efetivo) e Presidente do Comitê de Auditoria						

**Os currículos serão replicados aos membros dos comitês.



12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Exercício Social 31/12/2019

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Bruno Ferreira Blatt
Diretor Presidente

078.894.157-70

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

07.658.098/0001-18

Diretor Presidente

Observações:

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Bruno Ferreira Blatt
Diretor Presidente

078.894.157-70

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.

17.698.381/0001-27

Diretor Presidente

Observações:

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Bruno Ferreira Blatt
Diretor Presidente

078.894.157-70

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Q Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. 30.821.576/0001-80

Diretor Presidente

Observações:

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
Controlada Direta
Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. 17.698.381/0001-27

Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
Controlada Direta
Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Connectmed- CRC Consultoria, Administração e Tecnologia em Saúde Ltda. 03.523.778/0001-73

Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
 Controlada Direta
 Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Gama Saúde Ltda 02.009.924/0001-84
 Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
 Controlada Direta
 Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Qualicorp Administração e Serviços Ltda. 03.609.855/0001-02
 Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
 Controlada Direta
 Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Qualicorp Administradora de Benefícios S/A 07.658.098/0001-18
Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
Controlada Indireta
Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Q Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. 30.821.576/0001-80
Diretora Financeira

Observações

Exercício Social 31/12/2018

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
Controlada Direta
Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. 17.698.381/0001-27
Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
 Controlada Direta
 Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Connectmed- CRC Consultoria, 03.523.778/0001-73
 Administração e Tecnologia em Saúde
 Ltda.
 Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
 Controlada Direta
 Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Gama Saúde Ltda 02.009.924/0001-84
 Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor



Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53
Controlada Direta
Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Controle

Pessoa Relacionada

Qualicorp Administração e Serviços 03.609.855/0001-02
Ltda.

Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53
Controlada Direta
Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Controle

Pessoa Relacionada

Qualicorp Administradora de Benefícios S/A 07.658.098/0001-18

Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53
Controlada Indireta
Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Controle

Pessoa Relacionada

Q Saúde Operadora de Plano de Saúde Ltda. 30.821.576/0001-80

Diretora Financeira

Observações

Exercício Social 31/12/2017

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
 Controlada Direta
 Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Clube de Saúde Administradora de 17.698.381/0001-27
 Benefícios Ltda.
 Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
 Controlada Direta
 Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Connectmed- CRC Consultoria,
 Administração e Tecnologia em 03.523.778/0001-73
 Saúde Ltda.
 Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
 Controlada Direta
 Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Gama Saúde Ltda 02.009.924/0001-84
Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
Controlada Direta
Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Qualicorp Administração e Serviços 03.609.855/0001-02
Ltda.
Diretora Financeira

Observações

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Grace Cury de Almeida Gonçalves Tourinho 387.797.575-53 Controle
Controlada Direta
Diretora de Relações com Investidores, Diretora Financeira

Pessoa Relacionada

Qualicorp Administradora de Benefícios S/A 07.658.098/0001-18
Diretora Financeira

Observações

8. ANEXO C: ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia, que corresponde ao resultado do exercício após deduções das provisões para o Imposto de Renda e Contribuições Sociais, no ano de 2019, foi de R\$ 392.756.335,22 (trezentos e noventa e dois milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global de remuneração aos acionistas, proposto pela Administração da Companhia, a ser levada para aprovação na Assembleia Geral, somará o valor de R\$ 93.279.629,62 (noventa e três milhões, duzentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos), sendo R\$ 0,330428994* por ação, pagos referente ao total ano de 2019.

Houve antecipação de dividendos intercalares no valor de R\$ 92.089.681,25 (noventa e dois milhões, oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos). Não houve pagamento de juros sobre capital próprio.

(*) Este valor considera o número de ações na presente data e, portanto, está sujeito a eventual alteração.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O lucro do exercício de R\$ 392.756.335,22 (trezentos e noventa e dois milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos), após a constituição da reserva legal no montante de R\$ 19.637.816,76 (dezenove milhões, seiscentos e trinta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, que será distribuído da seguinte forma: (i) R\$ 93.279.629,62 (noventa e três milhões, duzentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos), equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício passível de distribuição, dos quais: (a) o montante de R\$ 92.089.681,25 (noventa e dois milhões, oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos) pago à título de dividendos intercalares referente ao primeiro trimestre de 2019, em 02 de agosto de 2019; (b) o montante de R\$ 1.189.948,36 (um milhão, cento e oitenta e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos) será declarado na AGO 2020 à título de dividendos e (ii) da constituição de reserva de investimento no valor de R\$ 279.838.888,85 (duzentos e setenta e nove milhões, oitocentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos).

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Valor bruto de Dividendos a serem declarados na AGO 2020	Nº de Ações ON	Valor por ação (R\$)
R\$ 93.279.629,62	282.298.561	R\$0,330428994*

(*) Este valor considera o número de ações na presente data e, portanto, está sujeito a eventual alteração.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O prazo para pagamento dos dividendos propostos é até o dia 30 de dezembro de 2020, e serão pagos mediante crédito disponível de acordo com o domicílio bancário fornecido ao custodiante. A Diretoria poderá antecipar o pagamento em uma ou mais tranches, mediante divulgação de aviso aos acionistas.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração de pagamento dos dividendos será a data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, ou seja, 30 de abril de 2020, após fechamento do pregão. A partir de 4 de maio de 2020, inclusive, as ações da Companhia serão negociadas “ex-dividendos” na B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

O montante distribuído de dividendos intercalares foi R\$ 92.089.681,25 (noventa e dois milhões, oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos).

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Houve a declaração de dividendos intercalares no valor de R\$ 92.089.681,25 (noventa e dois milhões, oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos) referente ao primeiro trimestre de 2019, os quais foram pagos em 02 de agosto de 2019.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

2019	2018	2017	2016
R\$ 392.756.335,22	R\$ 397.043.073,66	R\$ 370.709.555,32	R\$ 404.726.709,65
R\$ 1,391279976 por ação* (ON)	R\$ 1,415303577 por ação (ON)	R\$ 1,309109795 por ação (ON)	R\$ 1,451350590 por ação (ON)

(*) Este valor considera o número de ações na presente data e, portanto, está sujeito a eventual alteração.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Dividendos:

2019 / Dividendos a serem declarados na AGO 2020	2019 / Dividendos Intercalares pagos	2018	2017	2016
R\$ 1.189.948,36	R\$ 92.089.681,25	R\$ 377.190.919,98	R\$ 352.174.077,55	R\$ 462.941.078,38

R\$ 0,004215212 por ação* (ON)	R\$ 0,32621378 por ação* (ON)	R\$ 1,344538399 por ação (ON)	R\$ 1,243654305 por ação (ON)	R\$ 1,693078766 por ação (ON)
-----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------

(*) Este valor considera o número de ações na presente data e, portanto, está sujeito a eventual alteração.

Juros sobre capital próprio:

2019	2018	2017	2016
-	-	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. identificar o montante destinado à reserva legal

Conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76, o montante de R\$ 19.637.816,76 (dezenove milhões, seiscentos e trinta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos) equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, será destinado à constituição da reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro líquido do exercício de 2019	392.756.335,22
(x) Percentual de constituição	5,00%
<hr/>	
(=) Reserva Legal	R\$ 19.637.816,76

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O dividendo mínimo obrigatório será de 25% (vinte e cinco) do lucro líquido da Companhia, e, ajustado tal dividendo, quando aplicável, após destinação de: (i) 5% (cinco por cento) do lucro líquido a ser anualmente alocado para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado, sendo certo que esta destinação não será obrigatória quando o saldo desta reserva, acrescido de qualquer reserva de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social; (ii) reserva de lucros a realizar; ou (iii) reserva para contingência.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Apurado conforme item 10.a. e será pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável. O dividendo obrigatório está sendo integralmente distribuído.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

A Companhia não efetuou qualquer retenção de dividendo obrigatório.

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

A Companhia não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de contingências.

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

A Companhia não possui reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Conforme o Artigo 25, parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia, a importância não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado poderá ser destinada à constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de subsidiárias, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos projetos, participação em consórcios ou outras formas de associação para a realização do objeto social.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado a Reserva de Investimentos é de R\$ 279.838.888,85 (duzentos e setenta e nove milhões, oitocentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido passível de distribuição.

c. Descrever como o montante foi calculado

Limite de constituição da Reserva de Investimentos

Lucro líquido	R\$ 392.756.335,22
(%) Limite de constituição do Lucro Líquido	75,00%
(=) Limite de constituição	R\$ 294.567.251,42

Capital social	R\$ 886.467.963,73
(%) Limite para destinação do capital social	80,00%
(=) Limite para destinação	R\$ 709.174.370,98

Reserva de Investimento

Lucro líquido	R\$ 392.756.335,22
Montante destinado à Reserva de Investimentos	R\$ 279.838.888,85
(%) Percentual do Lucro Líquido	71,25%
Reserva de Investimentos	R\$ 279.838.888,85

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

A Companhia não efetuou nenhuma retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

A Companhia não efetuou destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

9. **ANEXO D: ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA (artigo 12, II da Instrução CVM nº 481/09)**

Item 13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora não tenhamos política de remuneração formalmente aprovada, temos como prática buscar compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos profissionais, por meio da adoção de uma prática de remuneração voltada à recompensa do desempenho individual e coletivo, reforçando, assim, o conceito da meritocracia que buscamos implementar em nossa Companhia. Com isso, visamos atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração de nossos administradores é composta por salário base, incentivo de curto prazo (programa de participação nos resultados) e, em alguns casos, incentivo de longo prazo (baseado em opções de compra de ações de nossa emissão ou entrega de Ações Restritas - conforme definido no item 13.4 deste Formulário de Referência).

O objetivo de cada elemento da remuneração dos nossos administradores é incentivar o alinhamento de seus interesses com as nossas metas, de forma a estimular o comprometimento e também atrair e manter profissionais altamente qualificados. Ademais, por meio do plano de opções de compra de ações (“Plano de Opção”) ou entrega de Ações Restritas, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Por fim, o plano visa a possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da Companhia, nos termos e condições previstos nos planos.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração da Administração é composta por (i) uma remuneração fixa, cujo montante máximo é estabelecido por Assembleia Geral, que poderá, conforme o caso incluir benefícios diretos ou indiretos; (ii) uma remuneração variável; e (iii) uma parcela baseada em ações, nos termos do Plano de Opção. Cada órgão terá a composição de sua remuneração conforme descrito nos itens abaixo.

Nossas ações de remuneração estabelecem uma estrutura de cargos compatível com as necessidades das estratégias e processos dos nossos negócios se desenvolvem uma arquitetura de remuneração consistente com as nossas necessidades atuais e futuras, além de estarem alinhadas com as melhores práticas do mercado. Todos esses elementos da remuneração têm como objetivo promover o desempenho das equipes, além de atrair e reter profissionais de grande qualificação na nossa administração.

Conselho de Administração

Os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal conforme descrito na tabela abaixo.

<u>Presidente do Conselho de Administração</u>	<u>Membro do Conselho de Administração</u>
Sem remuneração	680.000/ano com pagamentos mensais

Sobre os membros do Conselho de Administração, faz-se necessário ressaltar que a classificação de membro como “não remunerado” apenas indica que há membros que não recebem qualquer valor por exercer atividade no Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária:

Os membros da nossa Diretoria fazem jus a uma remuneração fixa (a qual inclui um salário fixo mensal e benefícios diversos, tais como seguro de vida, vale refeição, assistência médica e combustível) e uma

remuneração variável relativa à participação nos nossos resultados. A remuneração variável é apurada e paga com base no atingimento de metas quantitativas previamente estabelecidas. Adicionalmente são elegíveis ao nosso Plano de Opção ou Entrega de Ações Restritas, nos termos descritos no item 13.4 abaixo.

O objetivo de tal componente variável é incentivar os nossos Diretores a conduzir com êxito os nossos negócios, estimulando a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos nossos acionistas com os dos nossos Diretores.

Conselho Fiscal:

Foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal para o exercício de 2019 pelos acionistas representando 9,93% do capital social total da Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 324/2000, tendo sido eleitos 3 membros efetivos e seus respectivos suplentes na Assembleia Geral Ordinária. Os membros efetivos do Conselho Fiscal farão jus a uma remuneração fixa mensal equivalente a 10% da remuneração média atribuída a cada Diretor Estatutário da Companhia, não computados benefícios, planos de opção de ações e planos de outorga de ações restritas, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos do artigo 162, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Os membros suplentes do Conselho Fiscal não farão jus à remuneração.

Comitês:

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é composto por 3 membros do Conselho de Administração e não fazem jus à remuneração adicional.

Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração foi instalado em 28/09/2017, atualmente é composto por 3 membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração adicional.

Comitê de Governança Corporativa

O Comitê de Governança Corporativa foi instalado em 14/03/2019, atualmente é composto por 2 membros do Conselho de Administração os quais não fazem jus à remuneração adicional e 01 membro independente com remuneração fixa anual de 36 mil.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração:

A remuneração fixa do Conselho de Administração, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representou 34,62% da remuneração destinada a tal órgão societário, e enquanto que a remuneração baseada em ações representou 65,38% do mesmo, conforme tabela abaixo.

Composição Percentual da Remuneração fixa do Conselho de Administração, considerando o valor adicional por participação em Comitês

	2019	2018	2017
<u>Remuneração fixa</u>	34,62%	98,18%	89,45%
Salário ou <i>pro-labore</i>	28,85%	81,82%	74,54%
Outros (encargos)	5,77%	16,36%	14,91%
<u>Remuneração baseada em ações</u>	65,38%	1,82%	10,55%

Diretoria Estatutária:

Para a Diretoria Estatutária, conforme a tabela abaixo, a remuneração fixa, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representou 47,50% da remuneração total, enquanto que a remuneração variável representou 28,07% e a remuneração baseada em ações representou 24,43%..

	2019	2018	2017
<u>Remuneração fixa</u>	47,50%	52,59%	38,98%
Salário ou <i>pro-labore</i>	37,15%	41,98%	31,38%
Benefícios diretos e indiretos	0,32%	0,15%	0,11%
Outros (encargos)	10,03%	10,46%	7,49%
<u>Remuneração variável</u>	28,07%	45,43%	26,70%
Bônus	12,92%	0,00%	7,90%
Participação nos resultados	15,15%	45,43%	18,80%
<u>Remuneração baseada em ações</u>	24,43%	1,98%	34,32%

Diretoria Não Estatutária:

Para a Diretoria Não Estatutária, conforme tabela abaixo, a remuneração fixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 representou 56,99% da remuneração total, enquanto que a remuneração variável representou 42,69%.

	2019	2018	2017
<u>Remuneração fixa</u>	56,99%	73,85%	48,65%
Salário ou <i>pro-labore</i>	42,77%	64,54%	37,84%
Benefícios diretos e indiretos	0,39%	0,32%	0,14%
Outros (encargos)	13,833%	9,00%	10,67%
<u>Remuneração variável</u>	42,69%	24,61%	39,07%
Bônus	16,33%	0,00%	3,22%
Participação nos resultados	26,36%	24,61%	35,85%
<u>Remuneração baseada em ações</u>	0,33%	1,54%	12,28%

Conselho Fiscal:

A remuneração fixa do Conselho Fiscal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representou 100% da remuneração destinada a tal órgão societário.

	2019	2018	2017
<u>Remuneração fixa</u>	100,00%	0,00%	0,00%
Salário ou <i>pro-labore</i>	83,33%	0,00%	0,00%
Outros (encargos)	16,67%	0,00%	0,00%
<u>Remuneração baseada em ações</u>	0,00%	0,00%	0,00%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração pagos a todos os nossos administradores e colaboradores são comparados anualmente com os praticados no mercado, por meio de pesquisas de remuneração realizada por consultoria terceirizada, considerando empresas do mesmo setor em que a Companhia atua. Nossos

administradores e colaboradores contratados sob o regime CLT são avaliados anualmente e a sua remuneração poderá ser reajustada conforme o desempenho apurado no período correspondente. Além disso, para os nossos administradores e colaboradores contratados sob o regime CLT, promovemos o reajuste salarial com base em acordo coletivo do sindicato correspondente. A Remuneração Variável aplicada aos diretores estatutários e não estatutários está baseada em múltiplos salariais sendo atualizada de acordo com os reajustes salariais e/ou alterações de níveis de cargos.

Toda análise, bem como todo o processo de revisão dos componentes da remuneração fixa e variável, é feito pela área de Recursos Humanos com o suporte de consultorias especializadas no seguimento. Os itens que compõem a remuneração são ajustados com os seguintes critérios:

- Salários: através de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do sindicato da categoria ou movimentação salarial – Mérito ou Promoção – estabelecido previamente em orçamento;
- Benefícios: através da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do sindicato da categoria ou no caso de mudança de nível (de profissional para gestão de pessoas);
- PPR: o Programa de Participação nos Resultados tem como premissa os múltiplos salariais para cada nível, havendo alteração na base salarial automaticamente se ajusta o valor.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a retenção dos nossos executivos, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

O Presidente do Conselho de Administração não é remunerado, isto é, que não recebe qualquer valor por exercer atividade no Conselho de Administração, porque renunciou ao recebimento de remuneração em função do cargo.

Os membros do Comitê de Auditoria não recebem remuneração enquanto membros do comitê, porque são também membros do Conselho de Administração, recebendo remuneração por esse cargo.

Os membros do Comitê de Remuneração não recebem remuneração enquanto membros do comitê, porque também ocupam cargos no Conselho de Administração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação da remuneração fixa e variável da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, a Companhia utiliza estudos de mercado como referência, considerando também a meritocracia, assim como o cumprimento de metas previamente estabelecidas. Para os membros do Conselho de Administração, a remuneração também é baseada no mercado, não existindo um acompanhamento de desempenho por meio de indicadores. A remuneração baseada em ações (outorga de opções ou ações restritas) visa a remunerar os administradores e principais executivos conforme o seu respectivo desempenho e para os membros do Conselho de Administração não há acompanhamento de desempenho definido.

Para os Diretores Estatutários e Não Estatutários a remuneração variável está vinculada ao programa de participação em lucros e resultados, conhecido por PPR. No programa são definidas as metas relacionadas ao resultado da empresa, como: Net Adds, Fluxo de Caixa, Margem Ebitda, Satisfação dos Clientes e Transformação Digital. Além destes indicadores, acrescentam-se, dentre outros, o cumprimento do orçamento anual previsto para a diretoria além de indicadores específicos da área de atuação e o resultado ponderado do bloco de Metas Individuais.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração dos nossos Diretores Estatutários e Não Estatutários está vinculada ao nosso desempenho no exercício ou período em questão. A remuneração possui um gatilho de forma que se o desempenho mínimo esperado de 80% não for atingido, não há pagamento de remuneração variável.

Uma vez disparado o gatilho, é aplicada uma regra de aceleração de remuneração para resultados que incrementa os resultados acima de 80%. Sendo assim, os valores a serem pagos aos nossos Diretores Estatutários e Não Estatutários a título de participação nos nossos resultados sofrem redução ou aceleração de acordo com as metas atingidas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração descrito acima procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos por nós, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os nossos.

Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com os praticados no mercado. Em médio prazo, buscamos tal adequação através do pagamento de participação nos nossos resultados a todos os colaboradores.

No longo prazo, buscamos reter profissionais qualificados por meio da outorga de opções de compra de nossas ações aos membros de nossa Administração.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por nossas controladas diretas ou indiretas. Não possuímos acionista controlador, nem bloco de controle.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

A remuneração global da administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral de Acionistas, cabendo ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Auditoria, deliberar sobre a sua distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral que instalar o órgão e eleger seus membros.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, a metodologia utilizada para avaliação da remuneração individual



leva em consideração: (i) as responsabilidades dos administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) o tempo dedicado pelo administrador às suas funções; (iii) a competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) o valor de seus serviços praticados no mercado.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia a adequação das suas práticas de remuneração anualmente, quando da fixação da remuneração individual do próprio Conselho de Administração e da Diretoria, com o apoio do Comitê de Remuneração. Essa avaliação consiste em verificar se a prática da Companhia condiz com as responsabilidades de cada membro da administração, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

Item 13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

	31/12/2020- Valores Anuais (Previsão)				31/12/2019- Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00	3,00	14,00	6,33	3,08	2,00	11,41
Remunerados	6,00	4,00	3,00	13,00	6,33	3,08	2,00	11,41
Remuneração Fixa anual	5.515.200,00	9.860.441,17	801.261,84	16.176.903,01	2.931.869,59	11.273.646,59	647.751,60	14.853.267,78
Salário ou pró-labore	4.560.000,00	7.630.810,79	667.718,20	12.858.528,99	2.211.750,66	8.816.880,49	539.793,00	11.568.424,15
Benefícios direto e indireto	-	119.782,52	-	119.782,52	-	75.452,58	-	75.452,58
Participações em comitês	36.000,00	-	-	36.000,00	231.474,00	-	-	231.474,00
Outros	919.200,00	2.109.847,86	133.543,64	3.162.591,50	488.644,93	2.381.313,52	107.958,60	2.977.917,05
Descrição de outras remunerações fixas	Os montantes apresentados se referem aos encargos trabalhistas				Os montantes apresentados se referem aos encargos trabalhistas			
Remuneração Variável	-	13.850.226,33	-	13.850.226,33	-	6.661.096,76	-	6.661.096,76
Bônus	-	4.000.000,00	-	4.000.000,00	-	3.066.666,00	-	3.066.666,00
Participação de Resultados	-	9.150.225,53	-	9.150.225,53	-	3.594.430,76	-	3.594.430,76
Participação em reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	700.000,80	-	700.000,80	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	Os montantes apresentados se referem exclusivamente às contribuições ao INSS				Os montantes apresentados se referem exclusivamente às contribuições ao INSS			
Pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-	-	-	-	-
Baseada em ações	3.773.700,00	14.662.637,41	-	18.436.337,41	5.537.245,92	5.797.041,65	-	11.334.287,57
Observações	Conforme disposto no Ofício- Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020, as quantidades de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária foram apuradas de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.				Conforme disposto no Ofício- Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020, as quantidades de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária foram apuradas de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da Remuneração	9.288.900,00	38.373.304,91	801.261,84	48.463.466,75	8.469.115,52	23.731.785	647.751,60	32.848.652,11

	31/12/2020- Valores Anuais (Previsão)				31/12/2019- Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	4,00	3,00	14,00	6,33	3,08	2,00	11,41
Remunerados	6,00	4,00	3,00	13,00	6,33	3,08	2,00	11,41
Remuneração Fixa anual	4.939.200,00	9.860.441,17	801.261,84	15.600.903,01	2.931.869,59	11.273.646,59	647.751,60	14.853.267,78
Salário ou pró-labore	4.080.000,00	7.630.810,79	667.718,20	12.378.528,99	2.211.750,66	8.816.880,49	539.793,00	11.568.424,15
Benefícios direto e indireto	-	119.782,52	-	119.782,52	-	75.452,58	-	75.452,58
Participações em comitês	36.000,00	-	-	36.000,00	231.474,00	-	-	231.474,00
Outros	823.200,00	2.109.847,86	133.543,64	3.066.591,50	488.644,93	2.381.313,52	107.958,60	2.977.917,05
Descrição de outras remunerações fixas	Os montantes apresentados se referem aos encargos trabalhistas				Os montantes apresentados se referem aos encargos trabalhistas			
Remuneração Variável	-	13.850.226,33	-	13.850.226,33	-	6.661.096,76	-	6.661.096,76
Bônus	-	4.000.000,00	-	4.000.000,00	-	3.066.666,00	-	3.066.666,00
Participação de Resultados	-	9.150.225,53	-	9.150.225,53	-	3.594.430,76	-	3.594.430,76
Participação em reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	700.000,80	-	700.000,80	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	Os montantes apresentados se referem exclusivamente às contribuições ao INSS				Os montantes apresentados se referem exclusivamente às contribuições ao INSS			
Pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-	-	-	-	-
Baseada em ações	4.582.350,00	14.662.637,41	-	19.244.987,41	5.537.245,92	5.797.041,65	-	11.334.287,57
Observações	Conforme disposto no Ofício- Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020, as quantidades de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária foram apuradas de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.				Conforme disposto no Ofício- Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020, as quantidades de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária foram apuradas de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da Remuneração	9.521.550,00	38.373.304,91	801.261,84	48.696.116,75	8.469.115,52	23.731.785	647.751,60	32.848.652,11

	31/12/2018 - Valores Anuais				31/12/2017 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,33	3,00	0,00	9,33	7,58	2,75	0	10,33
Remunerados	6,33	3,00	0,00	9,33	7,00	2,75	0	9,75
Remuneração Fixa anual	4.463.060,40	6.938.715,04	-	11.401.775,44	1.859.760,00	5.918.073,68	-	7.777.833,68
Salário ou pró-labore	3.719.217,00	5.538.905,55	-	9.258.122,55	1.549.800,00	4.763.749,08	-	6.313.549,08
Benefícios direto e indireto	-	19.147,24	-	19.147,24	-	16.884,47	-	16.884,47
Participações em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	743.843,40	1.380.662,25	-	2.124.505,65	309.960,00	1.137.440,13	-	1.447.400,13
Descrição de outras remunerações fixas	Os montantes apresentados se referem aos encargos trabalhistas							
Remuneração Variável	-	5.994.430,76	-	5.994.430,76	-	4.053.193,28	-	4.053.193,28
Bônus	-	-	-	-	-	1.198.823,17	-	1.198.823,17
Participação de Resultados	-	5.994.430,76	-	5.994.430,76	-	2.854.370,11	-	2.854.370,11
Participação em reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	Os montantes apresentados se referem exclusivamente às contribuições ao INSS							
Pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-	-	-	-	-
Baseada em ações	82.666,55	261.291,00	-	343.957,55	219.303,91	5.210.954,48	-	5.430.258,39
Observações	Conforme disposto no Ofício- Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020, as quantidades de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram apuradas de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.							
Total da Remuneração	4.545.726,95	13.194.436,80	-	17.740.163,75	2.079.063,91	15.182.221,44	-	17.261.285,35

Item 13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,33	3,08	2,00	11,41
Remunerados	0,00	3,08	0,00	3,08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	3.066.666	-	3.066.666
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.066.666	-	3.066.666
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	3.066.666	-	3.066.666
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	3.066.666	-	3.066.666
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.797.215	-	1.797.215
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	7.188.862	-	7.188.862
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	3.594.431	-	3.594.431
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	3.594.431	-	3.594.431

31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,33	3,00	0,00	9,33
Remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.997.215	-	2.997.215
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.988.862	-	11.988.862
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	5.994.431	-	5.994.431
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	5.994.431	-	5.994.431

31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,58	2,75	0,00	10,33
Remunerados	0,00	2,75	0,00	2,75
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.198.823	-	1.198.823
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.198.823	-	1.198.823
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	1.198.823	-	1.198.823
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	1.198.823	-	1.198.823
Participação no Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.259.808	-	1.259.808
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.039.232	-	5.039.232
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	2.519.616	-	2.519.616
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	2.854.370	-	2.854.370

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Plano 2011

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 03 de março de 2011, aprovamos um novo plano de opção de compra de ações, o qual foi posteriormente aditado em 30 de maio de 2011, em 22 de agosto de 2013, e 13 de junho de 2014 (“Plano 2011”). No âmbito do Plano 2011, os empregados, administradores, diretores, conselheiros e prestadores de serviços da Companhia, ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto, são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia (“Beneficiários”), mediante celebração de contrato de outorga de opções de compra de ações (“Contratos de Outorga”).

O Plano 2011 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia ou, observadas as restrições previstas em lei, por quaisquer de seus comitês (“Comitê”), os quais deverão seguir, no desenvolvimento de suas atividades, as determinações estabelecidas pelo Conselho de Administração no ato de delegação de poderes para administração do Plano 2011. O Conselho de Administração da Companhia ou o Comitê, conforme o caso, e na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, terão amplos poderes para tomar e efetuar todas as decisões e medidas necessárias, adequadas e/ou convenientes para a administração do Plano 2011, incluindo, mas não se limitando:

- (a) determinar o Justo Valor de Mercado;
- (b) escolher os Prestadores de Serviços aos quais poderão ser realizadas Outorgas;
- (c) determinar todas as matérias e questões relacionadas à rescisão de contrato de trabalho de Beneficiário;
- (d) determinar o número de Contratos de Outorga que serão realizadas e seu respectivo número de ações;
- (e) aprovar os termos das minutas dos Contratos de Outorga;
- (f) determinar os termos e condições de quaisquer Contratos de Outorga celebrados nos termos do Plano 2011;

- (g) prescrever, alterar e rescindir normas e regulamentos relativos ao Plano 2011, inclusive normas e regulamentos relativos a subplanos estabelecidos para fins de atendimento de leis estrangeiras aplicáveis;
- (h) determinar se e em que medida, e em quais circunstâncias, uma concessão poderá ser liquidada;
- (i) interpretar os termos do Plano 2011 e dos Contratos de Outorga de acordo com o Plano 2011;
e
- (j) tomar e efetuar todas as demais decisões e determinações porventura exigidas de acordo com o Plano 2011 ou conforme o Conselho de Administração ou Comitê julgar necessário ou conveniente à administração do Plano 2011.

O Conselho de Administração ou Comitê estabeleceu o prazo limite para exercício da opção no tocante a cada Beneficiário eleito. Não obstante, nos termos do Plano 2011, nenhuma opção poderá ser exercida em qualquer medida depois da expiração de 10 (dez) anos da data de outorga da opção. Todos os contratos de opção celebrados até essa data com os Beneficiários do Plano 2011, possuem prazo final de até 5 anos, contados da assinatura do respectivo Contrato de Outorga. Cada opção dá direito à aquisição de uma ação ordinária da Companhia.

Primeira Série de Opções

O Plano 2011 absorveu a outorga de 9.380.345 opções, nos termos de contrato de outorga de opções de compra de ações (“Contrato de Opções”), celebrado em 1º de setembro de 2010 no âmbito do plano de opções substituído pelo Plano 2011, que foram outorgadas para um de nossos Administradores, sendo este o único beneficiário da nossa Primeira Série de Opções.

Ocorreram quatro exercícios de ações provenientes da Primeira Série de Opções. No primeiro, realizado em 30 de maio de 2011, o Administrador Beneficiário da Primeira Série de Opções exerceu 714.285 Opções, no segundo, realizado em 20 de dezembro de 2011, o Administrador beneficiário da Primeira Série de Opções exerceu 1.452.229 Opções, no terceiro, realizado em 28 de junho de 2012, o Administrador beneficiário da Primeira Série de Opções exerceu 2.345.086 Opções, e no quarto, realizado em 14 de Agosto de 2012, o Administrador beneficiário da Primeira Série de Opções exerceu 178.571 Opções, restando, portanto, 4.690.174 Opções da Primeira Série de Opções a serem exercidas.

Em decorrência da retirada do único beneficiário da nossa Primeira Série de Opções a partir do dia 15 de novembro de 2012 (“Administrador Beneficiário da Primeira Série de Opções”), conforme aprovado em

Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de outubro de 2012, foram prescritas 4.690.174 opções. Não obstante, como contraprestação às obrigações assumidas pelo Administrador Beneficiário da Primeira Série de Opções em sua retirada, a Companhia concordou em aditar o Contrato de Opção no sentido de outorgar e permitir que este pudesse exercer até 1.172.543 ações, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir de 01 de maio de 2014, nos termos e condições de exercício previstos no referido aditamento. Estas opções foram exercidas pelo executivo em 12 de maio de 2014, encerrando assim, a primeira série de opções.

Cabe lembrar, que as opções prescritas e não exercidas da Primeira Série de Opções não ficaram novamente disponíveis para novas outorgas nos termos do Plano 2011.

Segunda Série de Opções

No âmbito de nosso Plano 2011, a segunda série de opções contemplava a outorga de até 7.848.182 opções, sendo que, a primeira outorga ocorreu em 03 de março de 2011, a segunda outorga ocorreu em 31 de maio de 2011, a terceira em 30 de abril de 2012, a quarta em 22 de outubro de 2012 e a quinta em 16 de novembro de 2012.

A segunda série de opções foi aditada em 22 de agosto de 2013 passando a ter limite de emissão de ações de 5% do capital social emitido da Companhia. Em 31 de outubro de 2013, foi realizada a outorga de 10.333.000 de ações e no primeiro trimestre de 2014 foram outorgadas mais 1.850.000 ações. Com esse aditamento, as ações prescritas das emissões anteriores não serão mais emissíveis. Ficará valendo somente esta última emissão.

Em 13 de junho de 2014, mais uma vez, a segunda série de opções foi aditada, passando a ter limite de emissão de ações de 8% do capital social emitido da Companhia. Na mesma data, foram outorgadas 6.680.000 ações; em 12 de agosto de 2014 foram outorgadas 650.000 ações, em 04 de novembro de 2014 foram outorgadas 4.000.000 ações, em 16 dezembro de 2015 foram outorgadas 750.000, em 08 de julho de 2016 foram outorgadas 3.170.000 ações e em 18 de janeiro de 2017 foram outorgadas 1.000.000 ações totalizando 28.433.000 ações.

Cabe lembrar que, de acordo com o Plano 2011, caso a opção termine, caduque, seja readquirida, expire ou prescreva por qualquer motivo, as opções ainda não exercidas ficarão novamente disponíveis para novas outorgas nos termos do Plano 2011.

Segunda Série de Opções

No âmbito de nosso Plano 2011, a segunda série de opções contemplava a outorga de até 7.848.182 opções, sendo que, a primeira outorga ocorreu em 03 de março de 2011, a segunda outorga ocorreu em 31 de maio de 2011, a terceira em 30 de abril de 2012, a quarta em 22 de outubro de 2012 e a quinta em 16 de novembro de 2012.

A segunda série de opções foi aditada em 22 de agosto de 2013 passando a ter limite de emissão de ações de 5% do capital social emitido da Companhia. Em 31 de outubro de 2013, foi realizada a outorga de 10.333.000 de ações e no primeiro trimestre de 2014 foram outorgadas mais 1.850.000 ações. Com esse aditamento, as ações prescritas das emissões anteriores não serão mais emissíveis. Ficará valendo somente esta última emissão.

Em 13 de junho de 2014, mais uma vez, a segunda série de opções foi aditada, passando a ter limite de emissão de ações de 8% do capital social emitido da Companhia. Na mesma data, foram outorgadas 6.680.000 ações; em 12 de agosto de 2014 foram outorgadas 650.000 ações, em 04 de novembro de 2014 foram outorgadas 4.000.000 ações, em 16 dezembro de 2015 foram outorgadas 750.000, em 08 de julho de 2016 foram outorgadas 3.170.000 ações e em 18 de janeiro de 2017 foram outorgadas 1.000.000 ações totalizando 28.433.000 ações.

Cabe lembrar que, de acordo com o Plano 2011, caso a opção termine, caduque, seja readquirida, expire ou prescreva por qualquer motivo, as opções ainda não exercidas ficarão novamente disponíveis para novas outorgas nos termos do Plano 2011.

Plano 2018

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada no dia 27 de abril de 2018, foi aprovado o Plano de Entrega de Ações Restritas (“Plano 2018” e, em conjunto com o Plano 2011, “Planos”). Nos termos do Plano 2018, os administradores ou empregados da Companhia ou de outra sociedade sob o seu controle, bem como os participantes do PLR (Programa de Participação nos Resultados da Companhia e de suas subsidiárias) que lá sejam definidos como elegíveis, poderão ser eleitos pelo Conselho de Administração para participarem do Plano 2018 (“Participantes”), mediante a celebração de instrumentos particulares de entrega de Ações Restritas celebrados entre a Companhia e os Participantes.

Para fins do Plano 2018, “Ações Restritas” significam as ações ordinárias de emissão da Companhia negociadas na B3, sob o código QUAL3 entregues ao Participante pela Companhia, de acordo com as regras do Plano 2018.

Ainda, “Contrato(s) Individual(ais)” significam os instrumentos particulares de entrega de Ações Restritas celebrados entre a Companhia e os Participantes, por meio dos quais a Companhia entregará Ações Restritas aos Participantes e estabelecerá os termos e condições para a negociação e liberação das referidas ações.

b. principais objetivos do plano

Plano 2011

O Plano 2011 tem por objetivo permitir que os Beneficiários, sujeitos a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a(a) promover o crescimento, desenvolvimento e êxito financeiro da Companhia e das demais sociedades sob seu controle (direto ou indireto), proporcionando incentivos adicionais a empregados, consultores, diretores e conselheiros da Companhia e demais sociedades sob seu controle; e (b) contribuir para que a Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (direto ou indireto) obtenham e mantenham serviços do tipo de empregadores, consultores, diretores e conselheiros profissionais, técnicos e administrativos considerados essenciais ao êxito duradoura da Companhia e das demais sociedades sob seu controle.

Plano 2018

O Plano 2018 tem por objetivo conceder aos participantes uma oportunidade de receber Ações Restritas, as quais permanecerão sujeitas a restrições de negociação durante o período de restrição, de modo a promover o estímulo da produtividade sustentável, ou da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas, o alinhamento entre os interesses dos participantes e os interesses dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas, conforme vier a ser definido em cada programa.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Para ambos os Planos, ao possibilitar que os Beneficiários/Participantes se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para se comprometer efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a se integrar aos interesses dos acionistas,

aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento de opções de compra de ações ou Ações Restritas ainda estimula os Beneficiários/Participantes, conforme o caso, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do plano de opções. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Plano 2011

O Plano 2011 busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, compensar adequadamente a competência e responsabilidade de nossos profissionais que tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia.

As opções outorgadas nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Plano 2018

O Plano 2018 tem por objetivo reforçar o nível de alinhamento, estimular a produtividade e, em determinados casos, reter os seus principais executivos.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base nos Planos trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A possibilidade de o Conselho de Administração da Companhia ou o Comitê, conforme o caso, determinar a oportunidade em que os Contratos de Outorga poderão ser liquidados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

Plano 2011

O total de ações concedidas até 31 dezembro de 2018 é de 34.126.702, com saldo de 2.962.500 (excluindo-se os montantes cancelados e exercidos). Ademais, em 31 de dezembro de 2018, o número de ações emitidas pela Companhia era de 283.176.825.

Plano 2018

Poderão ser entregues aos participantes, ações representativas de, no máximo, 4% (quatro por cento) do capital social total da Companhia na data da aprovação do Plano 2018.

Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes nos programas e Plano 2018, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos participantes.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Plano 2011

Em dezembro de 2018, o número máximo de opções a serem outorgadas era de 1.225.000,00.

Plano 2018

Item não aplicável para o Plano 2018, haja vista que contempla a entrega de ações e não a outorgas de opções de compra de ações.

h. condições de aquisição de ações

Plano 2011

As condições de aquisição de ações, conforme disposto no Plano 2011, estarão previstas no Contrato de Outorga celebrado com cada um dos Beneficiários. O Conselho de Administração ou o Comitê poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

Plano 2018

Ressalvada a entrega de ações restritas como parte do PLR, que seguirá a forma aprovada pelo Conselho de Administração, a entrega de ações restritas ficará condicionada à celebração de contratos individuais entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas a ser recebida, o período de restrição e os demais termos e condições relacionados às Ações Restritas. O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos os participantes as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns participantes, a seu exclusivo critério.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano 2011

O preço de compra unitário das Ações sujeitas a cada Opção será estabelecido pelo Administrador e não será inferior a 100% do Justo Valor de Mercado das Ações. O Justo Valor de Mercado de uma Ação será o valor de mercado de uma Ação determinado pelo Administrador com base na média da cotação das Ações nos pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), ponderada pelo volume de negociação, durante o período ou em data definidos pelo Administrador no momento da deliberação de cada Outorga.

Plano 2018

O preço de referência de cada Ação Restrita, para os fins do Plano 2018, será o preço de cotação de cada Ação Restrita na B3 no dia útil imediatamente anterior à respectiva data de outorga, salvo se de outra forma deliberado pelo Conselho de Administração.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Plano 2011

O Conselho de Administração ou Comitê irá estabelecer o prazo limite para exercício da opção no tocante a cada Beneficiário eleito. Não obstante, nos termos do Plano 2011, nenhuma opção poderá ser exercida em qualquer medida depois da expiração de dez anos da data de outorga da opção. A título exemplificativo, todos os contratos de opção celebrados até essa data com os beneficiários do Plano 2011, possuem prazo final de até 5 anos, contados da assinatura do respectivo contrato.

Plano 2018

Não aplicável para o Plano 2018.

k. forma de liquidação

Plano 2011

O Preço de Exercício será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê observado em todo caso o disposto no Plano 2011 e nos respectivos Contratos de Outorga.

Plano 2018

Com o propósito de satisfazer a entrega de Ações Restritas nos termos do Plano 2018, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os participantes.

l. restrições à transferência das ações

Plano 2011

As ações adquiridas no âmbito do Plano 2011 ficarão sujeitas aos termos e condições previstas no Contrato de Outorga. Além disso, o Conselho de Administração ou o Comitê a seu exclusivo critério, poderá impor restrições adicionais à transmissão das ações adquiridas quando do exercício da opção de compra das ações da Companhia.

Plano 2018

No âmbito do Plano 2018, cada Contrato Individual fixará um “Período de Restrição”, o qual significa o prazo durante o qual as Ações Restritas recebidas pelo Participante não poderão ser negociadas por ele.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano 2011

Sem prejuízo do disposto no Plano 2011 ou quaisquer dos Contratos de Outorga, as opções outorgadas nos termos do Plano 2011 extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a) mediante o seu exercício integral;
- (b) após o decurso do prazo de vigência das opções;
- (c) mediante o distrato do Contrato de Outorga;
- (d) a qualquer momento a critério do conselho de administração; ou
- (e) nas hipóteses de rescisão da contratação do Beneficiário, previstas no Plano 2011 e/ou no Contrato de Outorga.

Plano 2018

Compete à Assembleia Geral aprovar e, portanto, alterar, suspender ou extinguir o Plano 2018. Toda e qualquer alteração do Plano 2018, proposta pelo Conselho de Administração, deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Geral da Companhia. O término de vigência do Plano 2018 não afetará os direitos plenamente adquiridos em relação às ações restritas objeto de contratos individuais já celebrados.

A entrega de Ações Restritas nos termos do Plano 2018 não impedirá a Companhia de realizar o seu cancelamento de registro de companhia aberta e não impedirá a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas de realizar operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. No entanto, caberá ao Conselho de Administração avaliar se será necessário propor à Assembleia Geral ajustes no Plano 2018 ou realizar ajustes nos Contratos Individuais, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, sem prejuízos à Companhia e/ou as sociedades por ela controladas ou ao direito dos Participantes.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de entrega de ações restritas, poderá levar à revisão integral do Plano 2018, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano 2011

O desligamento do Beneficiário terá os efeitos indicados em seu respectivo Contrato de Outorga. Nos termos do nosso Plano 2011, tais efeitos são especificados por nosso Conselho de Administração ou Comitê, ao seu exclusivo critério, mas deverão levar em consideração: (i) o motivo do desligamento (i.e., se por justa causa, voluntário, falecimento, invalidez ou realocação sob outra forma de contratação com a Companhia); e (ii) o tempo de permanência como administrador ou empregado da Companhia.

Plano 2018

Os efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no Plano 2018 estarão previstos nos Contratos Individuais a serem celebrados com cada um dos Participantes ou nos respectivos instrumentos relativos à entrega das ações restritas como parte do PLR.

Item 13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

	2020 - Previsão		2019	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,00	4,00	6,33	3,08
Remunerados	6,00	4,00	6,33	3,08
Outorga de opções de compra de ações				
Data da outorga	01/05/2019	01/05/2019	31/10/2013, 16/12/2015 e 08/07/2016	31/10/2013, 13/06/2014, 04/11/2014 e 08/07/2016
Quantidade de opções outorgadas	175.000	601.545	50.000	525.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	25% ao ano a partir de maio de 2020		25% ao ano a partir de setembro de 2014	
Prazo máximo para o exercício das ações	5 ANOS		5 ANOS	
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A		N/A	
Preço médio ponderado de exercício				
(a) das opções em aberto no início do ano	17,97	17,97	16,79, 15,95 e 16,80	16,79, 20,00, 25,33 e 16,18
(b) das opções perdidas durante o exercício	NA		NA	
(c) das opções exercidas durante o exercício	N/A		N/A	
(d) das opções expiradas durante o exercício	NA		NA	
Valor justo das opções na data de Outorga	17,97	17,97, 38,12	8,63, 3,55 e 19,35	7,20, 8,08, 6,86, e 7,36
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A*	N/A*	4,51%, 7,05% e 5,85%	2,30%, 1,64%, 0,90% e 2,19%

*as informações acima são referentes às ações restritas no âmbito do Plano 2018, não havendo emissão de novas ações.

Item 13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

	Exercício findo em 31/12/2019	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	6,33	3,08
Remunerados	6,33	3,08
Opções ainda não exercíveis	N/A	N/A
Quantidade ⁽¹⁾	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	
Prazo máximo para exercícios das opções	N/A	
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	
Preço médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Opções exercíveis		
Quantidade	25.000	525.000
Prazo máximo para exercícios das opções	5 ANOS	
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	
Preço médio ponderado do exercício	R\$ 16,43	R\$ 25,33
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 3,54	R\$ 3,54

Item 13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

	Exercício findo em 31/12/2019		Exercício findo em 31/12/2018		Exercício findo em 31/12/2017	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	6,33	3,08	6,33	3	7,58	2,75
Remunerados	6,33	3,08	6,33	3	7,00	2,75
Opções exercidas						
Número de ações ⁽ⁱ⁾	50.000	525.000	0	500.000	150.000	5.506.500
Preço médio ponderado de exercício ⁽ⁱⁱ⁾	R\$ 0,00	R\$ 21,28	R\$ 0,00	R\$ 21,28	R\$ 32,53	R\$ 31,32
Diferença entre o valor do exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 3.090.000	R\$ 2.475.750	R\$ 46.190.225
Ações entregues ⁽ⁱⁱⁱ⁾						
Número de ações entregues	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

⁽ⁱ⁾ O valor de mercado das ações foi calculado com base no preço de fechamento de 31/12/2019

⁽ⁱⁱ⁾ O valor de mercado das ações foi calculado com base no preço de fechamento de 31/12/2018

⁽ⁱⁱⁱ⁾ O valor de mercado das ações foi calculado com base no preço de fechamento de 31/12/2017

Item 13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

a. modelo de precificação

O valor das ações objeto Plano de Opção foi estimado com base no modelo de valorização de opções Black-Scholes-Merton, com base no nosso EBITDA (conforme definido no item 3.2 deste Formulário de Referência), volatilidade estimada histórica de empresas nacionais de atuação similar e outras estimativas da administração informadas acima.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Quantidade total de opções de compra de ações outorgadas	575.000	1.225.000	2.962.500
Preço médio ponderado das ações	R\$ 20,98, R\$ 26,79, R\$ 25,64, R\$14,19, R\$ 19,35 e R\$ 19,72	R\$ 20,98, R\$ 26,79, R\$ 25,64, R\$14,19, R\$ 19,35 e R\$ 19,72	R\$ 20,98, R\$ 26,79, R\$ 25,64, R\$14,19, R\$ 19,35 e R\$ 19,72
Preço de exercício das opções de ações outorgadas até último dia do ano	R\$16,79, R\$26,39, R\$25,70, R\$15,95, R\$ 16,18 e R\$ 18,81	R\$16,79, R\$26,39, R\$25,70, R\$15,95, R\$ 16,18 e R\$ 18,81	R\$16,79, R\$26,39, R\$25,70, R\$15,95, R\$ 16,18 e R\$ 18,81
Volatilidade estimada do preço da ação	33,71%, 32,70%, 32,01%, 33,32%, 41,28% e 43,99%	33,71%, 32,70%, 32,01%, 33,32%, 41,28% e 43,99%	33,71%, 32,70%, 32,01%, 33,32%, 41,28% e 43,99%
Dividend yield esperado das ações	2,37%	2,37%	2,37%
Taxa de retorno livre de risco	4,51%, 5,07%, 5,45%, 7,05%, 5,61% e 5,65%	4,51%, 5,07%, 5,45%, 7,05%, 5,61% e 5,65%	4,51%, 5,07%, 5,45%, 7,05%, 5,61% e 5,65%
Período estimado até o vencimento	5 Anos	5 Anos	5 Anos
Valor justo na data da concessão	R\$ 7,20, R\$7,17, R\$6,72, R\$3,55, R\$7,36 e 6,96	R\$ 7,20, R\$7,17, R\$6,72, R\$3,55, R\$7,36 e 6,96	R\$ 7,20, R\$7,17, R\$6,72, R\$3,55, R\$7,36 e 6,96

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O período de *vesting* para o exercício das ações é de 4 anos a contar do 1º aniversário da data de concessão, podendo exercer 25% do total adquirido por ano. Veja abaixo a tabela de evolução e exemplo:

	Exemplo da Evolução	
	Data	Montante
Recebimento das ações	01/06/2010	1.000.000
Após 1º ano: 25% do montante	01/06/2011	250.000
Após 2º ano: 25% do montante (50% do total exercido)	01/06/2012	250.000
Após 3º ano: 25% do montante (75% do total exercido)	01/06/2013	250.000
Após 4º ano: 25% do Montante (100% do total exercido)	01/06/2014	250.000

d. *forma de determinação da volatilidade esperada*

O método utilizado para o cálculo está no desvio padrão do retorno proporcionado pela ação em um ano e seu histórico de preço de fechamento, calculando por tranche e dias uteis, tendo como base a data da concessão.

e. *se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

Não houve nenhuma outra característica para a mensuração de seu valor justo.



Item 13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Em 31 de dezembro de 2019, os membros do Conselho de Administração da Companhia e do Conselho Fiscal não detinham ações ordinárias de emissão da Companhia. Na mesma data, os Diretores da Companhia detinham 715.903 ações ordinárias de emissão da Companhia e não possuíam quaisquer outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou de seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum.



Item 13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela

Na data deste Formulário de Referência, não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do nosso Conselho de Administração, aos nossos diretores estatutários e demais administradores.

Item 13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	6,33	6,33	7,58	3,08	3,00	2,75	2,00	0,00	0,00
Remunerados	6,33	6,33	7,00	3,08	3,00	2,75	2,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	3.164.434,0	1.654.920,0	415.801,3	11.409.642,3	7.363.992,7	7.903.517,7	1.084.800,0	-	-
Valor da menor remuneração (Reais)	58.800,0	75.680,4	177.120,0	1.856.985,3	2.721.267,7	1.872.702,7	955.200,0	-	-
Valor da médio da remuneração (Reais)	1.337.932,94	718.124,3	297.009,1	7.705.125,0	4.398.145,6	5.520.807,8	323.875,80	-	-

Observação

Conselho de Administração

1 - Não possuímos diretores que exercem simultaneamente a função de membro do conselho.

2 - Para o cálculo da remuneração média do Conselho de Administração, dividimos o valor total da remuneração pelo número de conselheiros, que corresponde ao número de conselheiros que auferiram remuneração.

31/12/2019	6,33 Conselheiros
31/12/2018	6,33 Conselheiros
31/12/2017	7, Conselheiros

3 - O membro com menor remuneração exerceu suas funções por 12 meses.

Diretoria Estatutária

1 - Não possuímos diretores que exercem simultaneamente a função de membro do conselho.

2 - Para o cálculo da remuneração média da Diretoria, dividimos o valor total da remuneração pelo número de diretores, que corresponde ao número de diretores que auferiram remuneração.

31/12/2019	3,08 Diretores
31/12/2018	3, Diretores
31/12/2017	2,75 Diretores

3 - O membro com menor remuneração exerceu suas funções por 12 meses.

CONSELHO FISCAL

1 - Não possuímos diretores que exercem simultaneamente a função de membro do conselho.

2 - O conselho Fiscal foi instituído em 2019.

31/12/2019	3, Conselheiros
------------	-----------------



Item 13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, compromisso de indenidade, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os nossos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.



Item 13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui e não possuía controlador, nem bloco de controle, nos três últimos exercícios sociais.

Item 13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

<u>Órgão</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conselho de Administração		3.000.000,00	2.000.000,00
Diretoria Estatutária		-	-
Conselho Fiscal		-	-

O montante pago em 2017 e 2018 refere-se a contrato celebrado entre a Companhia e a M2 Participações Ltda., sociedade que tem em seu quadro de acionistas um dos membros do Conselho de Administração da Companhia, objetivando a prestação de serviços de consultoria e assessoria na avaliação de processos operacionais, corporativos e planejamento estratégico.



Item 13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Item não aplicável, uma vez que não houve valores reconhecidos no resultado de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, nos três últimos exercícios sociais. Adicionalmente, a Companhia não possui controlador, nem bloco de controle.



Item 13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as políticas, práticas e conceitos de remuneração aplicados ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária foram detalhados nos itens 13.1 a 13.15, não havendo mais informações relevantes que possam contribuir com esse Formulário Referência.

Adicionalmente, os montantes relacionados às ações descritos nos itens 13.5, 13.6 e 13.7, referem-se aos montantes concedidos aos membros do Conselho de Administração e Diretoria estatutária, sendo diferentes dos valores expressos na nota explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, haja vista que estes englobam a totalidade das opções, incluindo as outorgadas à administradores que não sejam Diretores Estatutários e/ou membros do Conselho de Administração da Companhia.